

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-graduação em Sociologia

GABRIELA GOMES CARDOSO

**FATORES ASSOCIADOS À DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS
HOMICÍDIOS EM BELO HORIZONTE.**

Belo Horizonte
2015

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-graduação em Sociologia

GABRIELA GOMES CARDOSO

**FATORES ASSOCIADOS À DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS
HOMICÍDIOS EM BELO HORIZONTE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Urbana

Linha de pesquisa: Gestão urbana e criminalidade

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Belo Horizonte
2015

301 Cardoso, Gabriela Gomes
C268f Fatores associados à distribuição espacial dos homicídios
2015 em Belo Horizonte [manuscrito] / Gabriela Gomes Cardoso. -
 2015.
 85 f.
 Orientador: Bráulio Figueiredo Alves da Silva.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia

 1. Sociologia - Teses. 2. Tráfico de drogas - Teses.
 3. Homicídio - Teses. 4. Gangues - Teses. I. Silva, Bráulio
 Figueiredo Alves da . II. Universidade Federal de Minas
 Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
 Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

GABRIELA GOMES CARDOSO

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio de 2015 (dois mil e quinze), às 14h30min, na Sala 4192, no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a banca examinadora composta pelos professores doutores **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (Orientador/DSO-UFMG), **Cláudio Santiago Dias Júnior** (DSO-UFMG) e **Frederico Couto Marinho** (CRISP-UFMG), para defesa da dissertação de mestrado intitulada: "**Fatores Associados à Distribuição Espacial dos Homicídios em Belo Horizonte**" da discente Gabriela Gomes Cardoso. Após a apresentação, procedeu-se a arguição. Os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação)

Reprovação () da Dissertação.

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2015.

Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva (Orientador - DSO-UFMG)

Prof. Dr. Cláudio Santiago Dias Júnior (DSO-UFMG)

Prof. Dr. Frederico Couto Marinho (CRISP-UFMG)

Dedico este trabalho à Maria Ângela Gomes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus. Ao meu orientador Bráulio Figueiredo por todo apoio, e dedicação á realização desta dissertação, contribuindo muito para a ampliação dos meus horizontes. À Valéria Oliveira pela generosidade. Aos amigos do CRISP e do CESAP, Frederico Marinho, Leonardo Silveira, Alexandre Pichilinga, Maurício Botrel, Rafael Rocha, Luiza Meira, Daniele Melo, Mariela Rocha, Sávio Nunes, Natália Leão, Vinícius Couto e todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. Aos professores do departamento de sociologia da UFMG que foram peças fundamentais para a construção do conhecimento de toda uma geração de pessoas, em especial aos professores Antônio Augusto, Renan Springer, Jorge Alexandre, Claudio Santiago e Corinne Davis. À FAPEMIG pela concessão da bolsa de estudos. À minha família e a Luzia, principalmente ao meu filho Arthur que é a maior motivação para seguir em frente.

RESUMO

O campo de estudos criminais que se dedicam a verificar a distribuição dos crimes no espaço tem se tornado cada vez mais relevante entre os trabalhos acadêmicos. A relação entre características estruturais dos lugares e o padrão criminal que estes apresentam, tem se tornado cada vez mais central nestes estudos. Os estudos ecológicos, impulsionados pela Escola de Chicago, apontam que a mobilidade residencial, heterogeneidade étnica e privação econômica, constituem fatores de desorganização social nas comunidades, prejudicando a capacidade de controle formal e informal nesses locais. Porém os mecanismos de associação entre as características estruturais e as ocorrências criminais ainda são pouco explorados.

Outro grupo de pesquisas procura explicar a formação ou a influência de grupos criminosos ou de traficantes sobre os territórios. Estudos como o de Savenije e colegas (2007) apontam que a formação destes grupos é mais propícia em locais marcados pela exclusão social. Sendo assim, o presente trabalho busca integrar esses dois grupos teóricos, por acreditar que a formação dos grupos delinquentes e dos traficantes de drogas pode estar associado às concentrações de homicídios em determinados locais da cidade.

Em particular investigou-se o padrão espacial de distribuição dos homicídios e do tráfico de drogas na cidade de Belo Horizonte, identificando que estes tipos criminais são concentrados em locais específicos. A análise se baseou na unidade ecológica dos setores censitários e foi construído um indicador de desorganização social das comunidades para avaliar seu efeito sobre as taxas de homicídio nestas áreas. Em seguida buscou-se analisar essa mesma relação mediada pelas taxas de tráfico de drogas.

Observou-se que tanto os indicadores de desorganização social como as taxas de tráfico de drogas se associam positivamente com as ocorrências de homicídio. Também foi percebido que parte do efeito da desorganização sobre os homicídios passa pelo tráfico de drogas, porém, o efeito direto é mais expressivo. Além disso, o efeito do tráfico sobre os homicídios foi mais intenso. Sendo assim, conclui-se que o tráfico de drogas é mais relevante na explicação dos padrões de concentração espacial dos homicídios.

Palavras chave: Desorganização social; Controle social; Tráfico de drogas; Gangues; Homicídios; Belo Horizonte.

ABSTRACT

The criminal field of study dedicated to verify the distribution of crime space has become increasingly important in academic works. The relationship between structural features and crime patterns that is present has become increasingly central to this study. The ecological studies, pioneered by Chicago school, points to a residential mobility ethnic heterogeneity and economic deprivation, forms factors of social disorganization in the communities, hurting formal and informal control capability that places. But the association arrangements between the structural characteristics and criminal occurrences are poorly explored.

Another research group seeks to explain the formations and influence of criminal groups or drug traffickers over the territories. Studies like of Savinje and friends (2007) they point out that the formation of these groups is more likely in places marked by social exclusion. Therefore, this paper seeks to interact these two theoretical groups, believing that the formation of the fifty-two drug traffickers groups can be applied to homicide concentrations in certain places in town.

In special we investigated the spatial distribution pattern of the murders and drug trafficking in the city of Belo Horizonte, identifying these types of crime are concentrated in specific locations. Situational analysis ecological unit of census tracts and has build an indicator of social disorganization of communities to evaluate their effect on homicide rates in these areas. And then sought to analyze the same relationship mediated by drug trafficking charges.

It is noted that both the indicator of social disorganization as drug trafficking rates are positively associated with the homicide occurrences. It was also noticed that part of the effect of clutter on homicides through the drug trade but direct effect is more expressive. Furthermore, the effect of traffic on the homicides was more intense. Therefore, it concludes drug trafficking is more relevant in explaining the spatial concentration patterns of homicides.

Keywords: Social disorganization; social control; drug trafficking; gang; homicides; Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação gráfica do modelo ecológico de Burgess.....	16
Figura 2 - Concentração Espacial de Homicídios Consumados – Belo Horizonte, 2008 a 2012.	66
Figura 3 - Concentração Espacial de Prisões por Tráfico de Drogas - Belo Horizonte. 2007 a 2011.	67
Figura 4 - Diagrama de dispersão do índice I de Moran Global da taxa de homicídios, taxa de tráfico de drogas e índice de desorganização social.	68
Figura 5 - – Mapa de Associação Espacial Bivariada (BILISA) da taxa de homicídios e do índice de desorganização social - Belo Horizonte (2008 à 2012).	69
Figura 6 - Mapa de Associação Espacial Bivariada (BILISA) da taxa de homicídios e da taxa de tráfico de drogas- Belo Horizonte (2007 à 2012).	71
Figura 7 - Modelo Teórico Proposto.	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritiva dos setores censitários em Belo Horizonte (2010).....	49
Tabela 2 - Estatística descritiva da variável dependente.	55
Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis componentes do IDS.....	58
Tabela 4 - Estatística descritiva dos componentes do fator IDS.	59
Tabela 5 - Medidas de Ajuste do Modelo.....	74
Tabela 6 - Coeficientes padronizados das equações estruturais.	75
Tabela 7 - Efeitos Padronizados.	76

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	11
2.1- DESORGANIZAÇÃO SOCIAL	17
2.2 – ABORDAGEM SISTÊMICA	20
2.3- EFICÁCIA COLETIVA	22
Capítulo 3 – TIPOS DIFERENCIADOS DE SOCIABILIDADE EM CONTEXTOS DE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL	26
3.1- ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PERVERSAS.....	27
3.2 – ESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE CRIMINOSA	31
3.3 – MERCADOS ILEGAIS.....	36
3.4 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	42
Capítulo 4 – METODOLOGIA	46
4.1 – DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	47
4.2 – PROCESSO METODOLÓGICO	49
4.3 MÉTODO DE ANÁLISE.....	51
4.4 - QUESTÕES DE PESQUISA.....	51
4.5 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E MEDIDAS	53
4.5.1 Variável Dependente.....	53
4.5.2 VARIÁVEIL INDEPENDENTE.....	55
4.5.3 – VARIÁVEL INTERVENIENTE	60
4.6 - TÉCNICAS ANALÍTICAS.....	61
4.6.1 – <i>HOT SPOTS</i> DE CRIME E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL	61
4.6.2 – Dependência Espacial.....	62
4.6.3 – Efeito de Vizinhança e Crime: Modelo Estrutural	64
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS	65
5.1 – CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DE HOMICÍDIOS	65
5.2 – EFEITO INTERVENIENTE DO TRÁFICO DE DROGAS.....	72
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS.....	82

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A sociologia contemporânea tem se voltado cada vez mais para a investigação de questões das sociedades urbanizadas. A criminalidade e a violência atualmente ganharam destaque tanto pela mídia como no senso comum dos cidadãos como um dos principais problemas das cidades (ALMEIDA, 2008). Nesse contexto, a criminologia tem recebido um considerável destaque, não apenas no meio acadêmico, mas também do ponto de vista de uma ciência que contribui para uma maior compreensão do problema bem como base para formulação de políticas públicas.

Entre as diferentes abordagens criminológicas, uma importante linha de pesquisa criminológica tem demonstrado que os crimes não são distribuídos de forma uniforme pelo território (ANSELIN, 1989, 2005; ASSUNÇÃO et al, 2001; BELLAIR, 1997; BEATO FILHO, 2012; BOTTOMS, A. E.; WILES, P., 1992; BURSIK JR; WEBB, 1982; SILVA, B. F. A., 2012). Essas pesquisas não só buscam demonstrar a existência de um padrão de concentração criminal nas cidades, mas buscam também explorar as possíveis causas para esta concentração.

É nessa linha de investigação que se situam as pesquisas que buscam associar características estruturais das vizinhanças ao padrão criminal apresentado por estas vizinhanças e são denominados estudos ecológicos. Estes estudos apontam a concentração de pobreza, rotatividade residencial e segregação espacial como fatores correlacionados a concentração de crimes nesses locais. Dessa forma, estes estudos acabam por defender que os diferentes lugares da cidade possuem características determinantes da condição criminal dessas comunidades. Assim, seriam as condições estruturais das comunidades que propiciariam as diferentes concentrações criminais ao longo do território.

Grande parte destes trabalhos buscam verificar quais são as características comunitárias que se associam à maiores taxas criminais. Porém, os estudos dedicados a explorarem quais são os mecanismos pelos quais essa associação acontece ainda são restritos, em particular no contexto da América Latina. Deste modo, constituem uma vertente dos estudos ecológicos que ainda necessita de maiores investigações.

Este trabalho pretende agregar ao debate teórico elementos que auxiliam a compreensão acerca dos fatores associados à concentração espacial dos homicídios na cidade

de Belo Horizonte. Mais especificamente, este trabalho consiste em um esforço de confirmação empírica da relação entre os pressupostos da desorganização social (SHAW; MCKAY, 1942; BURSICK; GRASMICK, 1993) e a ocorrência de homicídios. Porém se diferencia dos demais por propor que a associação entre os elementos estruturais e a ocorrência de crimes possui um “caminho”, ou trajetória. Assim, a proposta aqui apresentada inclui o fenômeno do tráfico de drogas como uma variável interveniente à relação entre desorganização social e incidência de homicídios.

Tal ligação é possível, principalmente se levarmos em conta que os estudos focados no tráfico de drogas e nos grupos de jovens voltados para a delinquência, em alguma medida, atribuem a formação desses grupos à fatores estruturais das comunidades em que se formam (SAVENIJE e colegas, 2007; ZALUAR, 1994; SAPORI et al, 2011; MISSE, 2007; SILVA, L. A. M. 2004). Portanto, infere-se que determinados locais da cidade possuem características que propiciam maior concentração de atividades criminais. Nesse contexto de oportunidade criminal diferenciada, destaca-se o surgimento de grupos de jovens associados com a delinquência, principalmente com o tráfico de drogas, que possuem o domínio territorial e são responsáveis pelo recrudescimento da violência interpessoal nesses locais.

Para as abordagens ecológicas, as estruturas sociais estão relacionadas ao território, definindo assim os padrões criminais dos mesmos. Portanto o crime passa a ser um problema ecológico no sentido que se relaciona com as estruturas locais em que os mesmos acontecem, não podendo ser atribuídos à características dos indivíduos que o cometem, mas sim do grupo em que estes estão inseridos.

Considera-se que a integração entre as teorias ecológicas e o conjunto de teorias que trata do comportamento delinquente no nível da vizinhança são complementares, contribuindo assim para uma maior explicação dos padrões espaciais de incidência de homicídios. Dessa forma, procura-se demonstrar que a variação espacial nas taxas de homicídio decorre de um ambiente de desorganização social e da presença do tráfico de drogas. A heterogeneidade espacial criminal, portanto, será avaliada no nível comunitário em relação ao conceito de desorganização social e associação entre duas tipificações criminais (tráfico de drogas e homicídios).

A organização deste trabalho buscou apresentar as principais teorias que tratam dos temas apontados, divididas em duas seções. A primeira apresenta a evolução do pensamento ecológico, impulsionada pela criação da Escola de Chicago, apontando as origens desses

estudos como os trabalhos de Park e Burgess (1925). Posteriormente descreve os estudos que culminaram com a elaboração do conceito de Desorganização Social proposto por Shaw e McKay (1942). Em seguida, será analisado os desdobramentos deste conceito através da abordagem sistêmica e da Eficácia Coletiva, que tem com principais expoentes autores como Kasarda e Janowitz (1974), Bursik e Grasmick (1993), Sampson e Groves (1989) e Sampson (1995, 2012; et al., 1997).

A segunda seção consiste em uma análise de teorias distintas, muitas vezes analisadas de forma separada, mas de forma complementar à proposta desse trabalho. Estes estudos tem em comum a análise de um comportamento social ou de uma forma de sociabilidade específicos em contextos de desorganização social. Neste sentido, discutem-se estudos que tratam sobre a formação de grupos de jovens orientados para o delito, assim como a forma de estruturação das atividades criminosas e a própria lógica do mercado de drogas. O foco deste capítulo é refletir sobre o modo como que estas formas de associação estão relacionadas com os contextos desorganizados e como que isto interfere na ocorrência de homicídios.

No quarto capítulo descreve-se o desenho de pesquisa adotado, as questões levantadas e as metodologias de análise dos dados. No capítulo 5 apresenta-se os resultados das análises dos dados. Cada seção deste capítulo se dedica a uma técnica metodológica específica e buscando interpretar os resultados à luz das discursões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores. Ao incorporar elementos empíricos de ambos grupos teóricos nesta análise, busca-se avançar no sentido de agregar conhecimento aos estudos recentes, principalmente sobre o contexto latino americano, em especial, brasileiro. Finaliza-se o trabalho mostrando que apesar da presença de tráfico de drogas esta correlacionada à ocorrência de homicídios, ainda são os fatores de estrutura comunitária que mais explicam as concentrações espaciais dos homicídios em Belo Horizonte.

CAPÍTULO 2 – TEORIAS ECOLÓGICAS

A tradição da Ecologia Social é proveniente da constatação de que os bairros ou comunidades possuem especificidades ecológicas e estruturais, responsáveis por uma dinâmica social própria. Influenciado por essa linha de raciocínio, surgiu um novo ramo da criminologia, iniciado no sec. XIX, através de estudos como o de Guerry (1833) e Quetelet

(1984). Os autores contribuíram para os estudos criminais ao chamarem atenção para a distribuição territorial heterogênea do crime. Mesmo se tratando de estudos descritivos, pode-se dizer que foram importantes para o surgimento da tradição de estudos ecológicos do crime por apresentar novo enfoque, relacionando o crime ao espaço geográfico.

Porém, apesar das investidas dos pesquisadores do século XIX, apenas no séc. XX, através da Escola de Chicago, a relação entre espaço urbano e criminalidade se apresentou efetivamente como programa de pesquisa, visto pelo crivo da ecologia social. A sociologia da Escola de Chicago consistiu em uma mudança de paradigma nos estudos sociológicos, com a valorização da pesquisa empírica. Tal fato propiciou que fenômenos sociais vividos cotidianamente na cidade se tornassem centrais nas pesquisas desse corpo docente. Entre os principais problemas enfrentados em Chicago, no início do séc. XX, se destacam a intensificação da imigração e da criminalidade.

Pode-se dizer que os principais expoentes desse novo campo de pesquisas foram Park e Burgess (1925), que objetivaram estudar as dinâmicas urbanas através de conceitos e pressupostos da biologia. Porém, deve-se ressaltar que este trabalho apenas consolidou uma linha de pensamentos já existente (a Ecologia Social), a qual via o ambiente urbano como análogo ao ecológico. Segundo o trabalho de Park (1921), os processos sociais consistiam em processos de competição e reorganização. O processo de competição consiste na quebra de normas e valores já estabelecidos, que pode se iniciar tanto por mudanças na estrutura social, como as migrações, ou mesmo por rupturas internas provocadas por mudanças geracionais. Já a reorganização ocorre temporalmente na sequência e consiste no estabelecimento de normas e valores novos, resultantes da mescla entre os valores tradicionais e os valores “novos” trazidos tanto pelos imigrantes quanto pelas gerações mais novas.

Segundo a visão ecológica, o estudo das cidades se daria a partir da análise de quatro principais processos interativos: a rivalidade, o conflito, a adaptação e a assimilação. O primeiro, a rivalidade, seria responsável pela divisão social do trabalho que, por sua vez, determinaria a distribuição espacial da população. A rivalidade, oriunda da diversidade de grupos étnicos, associa-se à condição social desses mesmos grupos (determinada pela divisão social do trabalho), condição esta também refletida pelos locais de moradia, criando áreas relativamente homogêneas em que os moradores comungam a mesma classe social (PARK, 1925; COULON, 1995).

O conflito consiste da rivalidade ao nível social, caracterizado principalmente pela rivalidade com as normas e convenções sociais. Assim, as relações entre os indivíduos e o meio ambiente seriam condicionadas pela rivalidade e pelo conflito, interferindo tanto nos locais de moradia como na divisão do trabalho. O processo de divisão social provocaria problemas de adaptação a ordem social já estabelecida nos locais e que lhes seriam impostas. A solução para a situação seria a assimilação das regras, que acontece a partir de contatos sociais continuados (BETTIN, 1982).

Observa-se que no trabalho de Park (1925) a relação entre os indivíduos e o território é central para o entendimento da organização social. Ou seja, a distribuição territorial assim como as características de identidade populacional e distribuição de densidade, são fundamentais para a formação da organização social da cidade como um todo (BETTIN, 1982). Também deve-se apontar que a perspectiva de Park (1925) possui grande influencia do determinismo biológico, proveniente do darwinismo.

Já Burgess (1925), contribuiu bastante com o conhecimento sociológico a cerca do crime através da construção do seu modelo analítico no qual a cidade de Chicago era distribuída urbanisticamente em áreas concêntricas. O modelo proposto pelo autor indica que a expansão da cidade seria um produto do processo de desenvolvimento da urbanização, processo este realizado por etapas, formando a divisão da cidade em zonas funcionais (BETTIN, 1982). A partir da proposição de Burgess (1925) a chamada Zona I é caracterizada predominantemente por indústrias, comércio e bancos. Já a zona II, também chamada de “zona de transição” encontra-se ainda algumas indústrias e comércios e imóveis deteriorados, ocupados por famílias de baixa renda. Nessa zona também se encontravam as maiores taxas criminais. A área subsequente, a zona III, também apresentava altas taxas criminais, porém menores se comparadas às observadas na zona de transição. Essa área tinha característica residencial, ocupada principalmente por famílias de classe média, trabalhadores da indústria e do comércio. Já a zona IV seria caracterizada pela presença predominante de imóveis residenciais habitados por população das classes média e alta. Enquanto a zona V era ocupada por grupos de alto status socioeconômico.

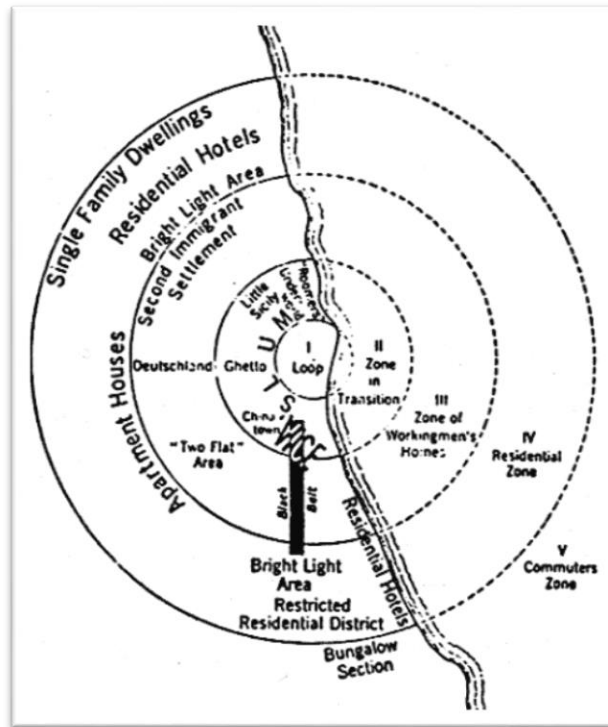


Figura 1 - Representação gráfica do modelo ecológico de Burgess
 Fonte: Park e Burgess, 1925

Através dos estudos de Park e Burgess (1925), percebe-se que as atividades econômicas não são homogeneamente distribuídas no interior da cidade. O perfil dos moradores também segue uma lógica desigual, em que os moradores tendem a residir em locais onde a condição econômica e social dos vizinhos é semelhante. Ou seja, os imigrantes tendem a morar próximos uns dos outros, as classes mais altas também tendem a residir em locais próximos. Tal fato propicia o surgimento de áreas com características distintas tanto no que tange a oferta de recursos públicos, quanto ao status socioeconômico dos moradores. Infere-se assim, que essas áreas tenderiam a desenvolver um comportamento social específico, devido às peculiaridades e demandas dos moradores.

Em suma, no desenvolvimento de sua obra, Park e Burgess (1925), identificaram padrões urbanísticos diferenciais, orientados no sentido centro periferia, e compostos por círculos concêntricos com características próprias. Segundo os autores, a criminalidade também seria orientada e influenciada por essa dinâmica urbanística. O centro das cidades Norte-Americanas, mais deteriorados, concentrariam também maior violência e ocorrências criminais.

O modelo de Park e Burgess (1925) serviu como referência para uma longa tradição de estudos sociológicos subsequentes. Por apresentar vários pontos que necessitavam de uma investigação mais detalhada e específica, muitos foram os estudiosos que se propuseram a estudar o fenômeno criminal sob o prisma da Ecologia Social. Nas seções subsequentes será apresentada primeiramente a Teoria da Desorganização Social e, posteriormente, duas das principais linhas de pensamento provenientes desse constructo teórico.

2.1- DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

Sob influência dos trabalhos primeiros trabalhos da Escola de Chicago, Shaw e McKay (1942) tentaram efetivamente estabelecer uma “ecologia da delinquência e do crime” (SHAW e MCKAY, 1942, p. 3). Ao expandir os estudos iniciais para outras cidades e introduzir variáveis de comparabilidade, demográficas e espaciais, os autores perceberam que mesmo com a mudança dos moradores, mantinha-se um padrão espacial de determinadas características. Ou seja, locais que possuíam altas taxas criminais, mantinham essas taxas elevadas, mesmo com a mudança do grupo étnico ou racial residente. Também perceberam que grupos considerados propensos ao crime diminuíram suas atividades criminais ao se mudarem para locais com taxas de criminalidade mais baixas. Sendo assim os autores concluíram que as taxas de criminalidade estão relacionadas com o local e não com os moradores.

Ao se analisar as chamadas de Zonas Transição¹, Shaw e McKay (1942) perceberam que não só as taxas criminais eram maiores do que nas demais regiões da cidade, mas também fatores como elevada taxa de desemprego, suicídio, mortalidade infantil, famílias desestruturadas e as doenças de uma maneira geral também eram mais acentuados nesses locais. A Zona de transição era caracterizada pela baixa valorização imobiliária e alta rotatividade residencial. Pois, assim que a condição financeira melhorava os moradores se mudavam para áreas menos degradadas e mais valorizadas. Além disso, essas áreas desfavorecidas socioeconomicamente eram também caracterizadas pela presença de imigrantes recém-chegados oriundos de diversos locais, apresentando uma grande diversidade étnica e racial. A privação econômica, alta mobilidade residencial e grande heterogeneidade

¹ Conceito proposto por Burgess (1925) que define determinada área da cidade, caracterizada pela convergência de fatores estruturais prejudiciais e altas taxas criminais.

étnica gerava nesses bairros um cenário de “desorganização social”. Nessas áreas, as estruturas comunitárias responsáveis pelo controle social (família, escolas, organizações comunitárias) eram fracas e ineficientes. Nas vizinhanças desorganizadas e com baixo controle social a criminalidade seria mais expressiva. Além da falta de controle social efetivo, a constituição de uma “tradição criminosa” nos bairros socialmente desorganizados faz parte de uma série de comportamentos aprendidos com os moradores mais antigos. A delinquência era considerada como algo positivo (ou pelo menos não questionável), conferindo prestígio e vantagens econômicas à seus autores. “Nesses bairros, a delinquência desenvolveu-se sob a forma de uma tradição social, inseparável do modo de vida da comunidade” (SHAW e MCKAY, 1942, p.316). Portanto, a falta de controle social, associada à transmissão cultural de valores delinquentes compõem os mecanismos pelos quais a criminalidade se mantém elevada nessas áreas. Segundo os autores, a resposta para a causa da delinquência não esta no nível individual, mas sim nas condições anormais a que os indivíduos estão submetidos.

Os autores enfatizam a importância do compartilhamento de valores sociais pelos moradores de uma comunidade. Os valores compartilhados de não cometer delitos são mais fortes quando a comunidade é mais coesa, integrada e compartilha valores comuns. Sendo assim, a existência de valores comunitários sólidos é responsável por uma maior organização comunitária e conseqüentemente maior controle social. A coesão comunitária e a reafirmação dos valores sociais são afetadas negativamente pela mobilidade residencial e heterogeneidade étnica. A mobilidade residencial impede o estabelecimento de laços sociais fortes enquanto a heterogeneidade étnica dificulta a comunicação entre os moradores visto que a diferença de costumes e falta de experiências compartilhadas geram incertezas, medo e desconfiança.

As maiores contribuições das proposições de Shaw e McKay (1942) consistem na identificação de um padrão criminal que estaria ligado a características estruturais das comunidades. Porém, critica-se a falta de clareza ao diferenciarem a posição do aumento da delinquência na definição do conceito de desorganização social. Ou seja, o resultado de uma situação de desorganização social (taxas criminais mais elevadas) também constitui um elemento de geração de desorganização social. O problema tautológico da indefinição de causa e efeito afetam a operacionalização do conceito, sendo assim, alguns autores buscaram reelaborar a definição de desorganização social.

Buscando a reelaboração do conceito de desorganização social, Kasarda e Janowitz (1974) se propuseram verificar quais fatores influenciavam na participação e envolvimento comunitário. Para os autores a comunidade funciona como um complexo sistema de redes de amizade, parentesco e laços associativos, em que novas gerações irão se socializar. Essas

redes seriam o caminho pelo qual os efeitos estruturais se associariam ao crime, assim, as redes locais que definiriam a organização do local. Em outras palavras, a estrutura comunitária molda a rede de amizades e associações, que por sua vez definem o nível de desorganização social de uma comunidade afetando os índices de criminalidade.

Segundo o modelo proposto por Kasarda e Janowitz (1974) locais em que as redes comunitárias são mais densas e coesas possuem maior capacidade de vigilância dos seus membros, impactando assim na diminuição da delinquência. Assume-se que os moradores de comunidades com uma rede social densa e ativa possuem maior capacidade de controle social através da supervisão das atividades exercidas dentro dos limites desta comunidade. Nestes locais a socialização das crianças a partir de normas e valores dominantes também é facilitada pela convivência com esta rede relacional.

O “modelo de desenvolvimento linear”, como ficou conhecido o modelo proposto por Kasarda e Janowitz (1974), considera que o aumento populacional em tamanho e densidade, assume fatores externos, influenciando assim os padrões de comportamento social. Os autores se baseiam no constructo teórico de Louis Wirth (1938) que atribui as características essenciais da sociedade urbana à três fatores: a) aumento do número populacional; b) densidade e c) heterogeneidade dos habitantes. A associação desses três fatores seria responsável pela substituição dos laços primário pelos secundários, enfraquecendo assim os laços de parentesco e causando declínio social significativo da comunidade local.

Porém, entre os achados da pesquisa, os autores perceberam que é a mobilidade residencial que mais diretamente afeta a coesão e fortalecimento dos laços sociais. O tempo de moradia na comunidade fortalece tanto os laços sociais quanto o sentimento de pertencimento comunitário. Esses achados corroboram com os pressupostos originais da teoria da desorganização social (SHAW e MCKAY, 1942) do papel da mobilidade residencial no controle criminal.

Pode-se dizer que os estudos de Kasarda e Janowitz (1974) contribuem para a discussão da relação entre crime e desorganização social ao ressaltar a importância dos laços sociais, discussão esta que será retomada pela abordagem sistêmica, para a vigilância dos moradores agindo no controle da delinquência. Ou seja, focando na explicação de que forma o ambiente desorganizado afeta a coesão dos moradores e a capacidade de transmissão das normas e valores comuns.

Ainda que a Teoria da Desorganização Social seja passível de muitas críticas e tentativas de reformulações, as características da formulação original sempre estão no cerne das explicações da concentração criminal. Nas seções seguintes, apresentam-se dois conjuntos

de trabalhos que desenvolveram estudos pertinentes á essa linha de pensamento. Os quais serão de importância fundamental para a discursão da distribuição dos crimes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como proposto por este trabalho.

2.2 – ABORDAGEM SISTÊMICA

A Abordagem Sistêmica consistem um desdobramento dos estudos da Teoria da Desorganização Social, que é caracterizada por analisar o ambiente urbano através de uma integração entre os atores sociais e o poder público. Assim, o ambiente urbano é visto como uma rede de relacionamentos composta por indivíduos que ocupam posições com diferentes capacidades de articulação. As relações sociais são entendidas como múltiplas e não lineares, ou seja, não se vê a interação comunitária como consequências de um processo temporal.

Um dos principais expoentes da Abordagem Sistêmica são Bursik e Grasmick (1993). A principal crítica feita pelos autores sobre a Teoria da Desorganização Social consiste na mesma não especificar de que forma a desorganização social contribui para o aumento das taxas de crime. O foco dos autores seria então as formas de controle social exercidos pela comunidade e como as relações sociais interferem na mesma. Os autores propõem que a desorganização social seria responsável por enfraquecer instituições formais e informais de controle, como família, igrejas, escolas e associações comunitárias. Tal fato, por sua vez, culminaria na diminuição do custo social do cometimento do crime.

Cada uma dessas esferas (privada, paroquial e pública) de relações sociais fornecem ferramentas que compõem o controle social. O nível de controle social mais direto seria aquele exercido dentro dos grupos primários de socialização (família e amigos). Essas relações mais intensas e constantes são também as que envolvem maior grau sentimental e limitam as chances do indivíduo se envolver em atividades criminosas (HUNTER, 1985). O nível privado de controle social se desenvolve tanto em grupos formais como em grupos informais como família, escola e até vizinhança. Assim a presença de parentes e amigos na vizinhança é um indicador desse tipo de controle. O nível privado de controle social se dá através do molde das expectativas e ações individuais, no caso da criminalidade é importante, pois condiciona o comportamento de crianças e jovens (HAWKINS, 1989 *apud* BURSİK e GRASMICK, 1993).

O nível paroquial de controle social ocorre nas relações de vizinhança e nos grupos comunitários. A ligação sentimental nesse caso é menor, porém ainda são importantes fatores como a proximidade e a presença de valores comuns para a manutenção dos laços sociais. Nesse caso, a estrutura normativa funciona como reguladora, diminuindo o incentivo do envolvimento de seus membros com atitudes delituosas. Quanto maior a centralidade na rede de relações, maior é o constrangimento quanto a esse tipo de ação. Ainda deve-se ressaltar que a participação comunitária requer voluntarismo, sendo assim, a percepção individual do seu entorno e envolvimento com as questões comunitárias é considerada como conquista para a manutenção da ordem paroquial.

Já o nível público de controle social ocorre nas relações entre a comunidade e os órgãos públicos. A atuação pública na comunidade pode se dar tanto através de comunicação com organizações comunitárias, quanto de forma unilateral e autônoma. Nesse nível de controle social destaca-se a presença policial como um dos instrumentos públicos mais centrais na repressão ao crime. O controle social em nível público é distinto das outras duas formas de controle citadas, pois apresenta maior poder de atuação e detém recursos econômicos importantes. Também é a esfera pública a responsável por garantir um ambiente seguro, aumentando os custos de se cometer um crime, garantindo uma menor sensação de medo e risco de vitimização.

Sendo assim, nos territórios em que há a concentração de desvantagens, a falha na estrutura de instituições tanto formais como informais provocariam o enfraquecimento dos mecanismos de controle social na esfera privada, paroquial e pública (HUNTER, 1985). Em locais com altas taxas de rotatividade residencial, as relações da esfera privada e paroquial são enfraquecidas, diminuindo também o controle social exercido por elas. Já a esfera pública, sofre alterações no que se refere à capacidade comunitária de captar recursos e serviços públicos e privados externos (BURSIK e GRASMICK, 1993).

Os autores acreditam que a principal falha na teoria da desorganização social da forma como foi proposta por Shaw e McKay (1942) seria a pouca importância atribuída à esfera pública. Segundo os autores, a desorganização social de uma comunidade não se restringe apenas aos mecanismos de controle internos, mas sim na capacidade de articulação dos seus membros com instituições externas, capazes de garantir outras instâncias de organização (BURSIK e GRASMICK, 1993).

Sobre o modelo sistêmico de Bursik e Grasmick (1993), pode-se inferir que os três níveis de controle são interdependentes. Por exemplo, o controle exercido pela escola (nível paroquial) é mais eficaz quando há a participação da família (nível privado); assim como o trabalho policial (nível público) também é mais efetivo quando há a participação do nível privado.

Em suma, o modelo sistêmico enfatiza nas relações sociais comunitárias como responsáveis por garantir a ordem social. Características da desorganização social interfeririam na ocorrência de crime na medida em que seriam responsáveis pelo enfraquecimento das redes de socialização primárias e secundárias. Assim as esferas de controle privado, paroquial e público também ficam enfraquecidas, diminuindo assim o custo associado ao cometimento do crime nesses locais.

A abordagem sistêmica contribuiu para os estudos da criminalidade brasileira ao demonstrar a importância da esfera pública de controle social e, conseqüentemente da eficiência da esfera paroquial. Deve-se lembrar que estudos recentes demonstram que, no caso brasileiro, a associação entre coesão social e chance de ser vítima na vizinhança não é clara ou até mesmo negativa (SILVA, L. A. M., 2004; RODRIGUES, 2006; OLIVEIRA, 2009). Por isso, a importância de se rever as teorias provenientes da Desorganização Social para o caso da América Latina e do Brasil.

2.3- EFICÁCIA COLETIVA

A Eficácia Coletiva é um conceito proveniente dos desdobramentos da Teoria da Desorganização social. Esse conceito cujo principal precursor é Robert Sampson, baseia-se na ideia de que dimensões estruturais impactam na coesão social e na capacidade de articulação comunitária. Porém, faz-se necessário para melhor compreensão dessa ramificação de pensamento, apresentarmos estudos anteriores do autor juntamente com Groves em 1989.

Interessado nos desdobramentos do modelo original da Desorganização Social, Sampson e Groves (1989) tinham como objetivo testar empiricamente tal teoria, utilizando para isso as mesmas medidas do modelo inicial acrescidas de variáveis de mensuração da desestruturação familiar e urbanização.

A desestruturação familiar seria responsável pela redução dos mecanismos de controle social informal. Redução da vigilância não só das crianças, mas da comunidade como um todo. Nessas comunidades a relação entre vigilância e crime é cíclica, pois a baixa vigilância “permite” a ocorrência do crime, o qual por sua vez, gera uma baixa vigilância através do medo. Ou seja, em locais onde há uma atividade criminosa instaurada a população limita suas ações, principalmente de controle, pela violência e risco de retaliações.

Já a urbanização rápida e desordenada, seria característica de sociedades industrializadas e modernas. Pode-se dizer que corresponde às “áreas de transição”, de Park e Burgess (1925), onde a relação entre os moradores é residual, diminuindo assim a coesão social e a capacidade de uma organização comunitária capaz de agir em prol do bem comum.

“Although Shaw and McKay (1942) were primarily concerned with intracity patterns of delinquency, their theoretical framework is consistent with the idea that urban communities have a decreased capacity for social control, compared with suburban and rural areas. In particular, urbanization may weaken local kinship and friendship networks and impede social participation in local affairs.”
(SAMPSON e GROVES, 1989)

Para Sampson e Groves (1989) grande parte da criminalidade é explicada pelo controle e a vigilância que uma comunidade exerce sobre seus membros. Os autores acreditam que a rede de relações interpessoais de uma comunidade funciona como mediadora, na medida em que atua com a finalidade de reconhecer pessoas estranhas, contribuindo assim para o controle social informal.

De uma forma mais ampla, o acréscimo dessas duas variáveis contribuiu para o entendimento de que em locais com grande percentual de famílias desestruturadas e urbanização desordenada, a vigilância das crianças e jovens é menor aumentando assim a propensão de adesão à atividade criminosa.

Posteriormente, Sampson, Raudenbush e Earls (1997) avançaram em relação à seus antecessores Shaw e McKay (1942), quando propuseram um modelo com maior poder explicativo da relação entre pobreza e crime. Sampson e colegas (1997) acreditavam que a relação entre características estruturais da vizinhança não impactavam diretamente a coerção social. Esse impacto se daria de forma interveniente, onde a concentração de desvantagens impactaria na coesão social e nos mecanismos de associativismo, reduzindo assim a

capacidade dos moradores em atuarem a favor de causas comuns incluindo a prevenção da criminalidade.

Deve-se ressaltar que Sampson e colegas (1997) viam a comunidade de forma sistêmica, como uma rede de relações pessoais baseadas em afetividade e afinidades. Posto isso, os autores acreditam que a mensuração da organização social deve-se dar através de variáveis de medida da interdependência das diferentes instituições sociais. Assim, quanto maior a coesão social (abarcando também os laços entre as instituições formais e informais) e confiança mútua de uma vizinhança, maior será a eficácia da vizinhança. Sendo assim, a teoria da Eficácia Coletiva muda o foco da explicação do crime dos fatores estruturais para os fatores relacionais. Em outras palavras, o que seria responsável pela eficácia de uma comunidade não seriam as características estruturais da desorganização social, mas a rede de relacionamento interferiria na coesão social e na mobilização comunitária.

Para os autores, o que seria responsável por um alto grau de “Eficácia Coletiva” não seriam os laços entre familiares e amigos, mas sim a confiança mútua e as expectativas compartilhadas entre os moradores. O que difere a teoria de Sampson das demais teorias provenientes da “Desorganização Social” é o fato dos autores entenderem que nos contextos urbanos, os moradores nem sempre possuem relações próximas com seus vizinhos, mas a confiança de que todos devem intervir em prol do bem comum e o compartilhamento de valores são suficientes para se manter a coesão social (SAMPSON *et al.*, 1997, 1999).

Em suma, a violência na vizinhança varia conforme a capacidade dos moradores em manter um controle social eficaz e estabelecer valores comuns. Os autores ainda ressaltam a importância de se diferenciar o controle social do controle exercido por instituições públicas como a polícia e os tribunais. O controle social estaria relacionado a regulação do comportamento dos membros comunitários de acordo com “princípios desejados” socialmente, por isso, a importância do estabelecimento de valores comuns.

“In contrast to formally or externally induced actions (for example, a police crackdown), we focus on the effectiveness of informal mechanisms by which residents themselves achieve public order. Examples of informal social control include the monitoring of spontaneous play groups among children, a willingness to intervene to prevent acts such as truancy and street-corner „hanging“ by teenage peer groups, and the confrontation of persons who are exploiting or disturbing public spaces (...) At the neighborhood level, the willingness of local residents to

intervene for the common good depends in large part on conditions of mutual trust and solidarity among neighbors. Indeed, one is unlikely to intervene in a neighborhood context in which the rules are unclear and people mistrust or fear one another. It follows that socially cohesive neighborhoods will prove the most fertile contexts for the realization of informal social control. In sum, it is the linkage of mutual trust and the willingness to intervene for the common good that defines the neighborhood context of collective efficacy. Just as individuals vary in their capacity for efficacious action, so too do neighborhoods vary in their capacity to achieve common goals". (SAMPSON *et al.*, 1997)

Em estudos posteriores, Sampson aponta a existência de um isolamento, motivado pela raça, o qual seria responsável por diversos problemas sociais como desordem local, mortalidade infantil e abandono escolar, relacionados também com fatores familiares como a situação socioeconômica e famílias monoparentais. O acúmulo dessas desvantagens gera uma segregação espacial, onde a comunidade fica afastada dos recursos para garantir o controle social (SAMPSON E MORENOFF E GANNON-ROWLEY, 2002; SAMPSON, 2004; SAMPSON, 2012). Cabe ressaltar que apesar dos mesmos problemas estarem presentes no Brasil, estes possuem diferenças quanto à forma e predominância. Além disso, a própria existência de uma segregação racial no país, possui uma argumentação frágil e não se sustenta. Então, no Brasil, apesar da presença dos problemas citados, a relação entre os mesmos é muito diferente de como ocorre nos Estado Unidos, principalmente a vinculação à uma possível segregação racial.

Também é importante lembrar o papel do capital social como componente institucional da relação entre associações comunitária e demais organizações. Pensando o capital social como uma “ponte” responsável por ligar os anseios comunitários aos órgãos públicos que detém os recursos necessários para a sua solução. O capital social seria importante por conferir maior capacidade às organizações comunitárias de reivindicarem eficiência e maiores investimentos das instituições públicas (MORENOFF *et al.*, 2001). Até mesmo Sampson e colegas nos trabalhos de 2002, reconhecem a contribuição do conceito de capital social para entender as dinâmicas da vizinhança como a densidade dos laços sociais e a frequência das interações entre os membros da comunidade. Visto dessa forma, a eficácia coletiva seria um mecanismo através do qual a vizinhança se dispõe a intervir na criminalidade e delinquência local, mas depende também da confiança obtida através dos laços sociais.

O papel do capital social, assim como a confiança mútua, expectativas compartilhadas e valores comuns como interveniente no controle do crime são especialmente importante para pensarmos contextos urbanos nos quais os a rede de socialização primária é cada vez menos expressiva. Villarreal e Silva (2006), por exemplo, demonstraram em seu estudo na cidade Belo Horizonte que em algumas comunidades, haviam laços fortes de amizade entre seus vizinhos, ou seja, um alto nível de coesão social, porém, os moradores não conseguiam ter alto nível de eficácia coletiva, pela incapacidade de coordenação e falta de cooperação para a produção de benefícios comuns. Essa característica foi associada pelos autores à própria dinâmica de urbanização brasileira, na qual os moradores se unem para a ocupação irregular dos espaços e após a garantia da posse dos terrenos, esse potencial associativo decai drasticamente.

Outros estudos também destacam que em determinados locais, principalmente em favelas, existe uma forte coesão social e uma baixa propensão dos moradores em resolver problemas de criminalidade (SILVA, B. F. A., 2012; RODRIGUES, 2006; OLIVEIRA, 2009). Nesses locais, a população convive com a presença de criminosos e de atividades ilícitas. Pode-se dizer que existe uma ordem própria local, a qual não enxerga a criminalidade como um problema da mesma dimensão que a ordem estabelecida enxerga. Mesmo não sendo desejada a presença do crime, a população mantém laços de amizade e troca de favores com os criminosos locais. Portanto, infere-se que no Brasil, a relação da comunidade com a criminalidade é complexa, necessitando maiores explicações.

Capítulo 3 – TIPOS DIFERENCIADOS DE SOCIABILIDADE EM COMTEXTOS DE DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

A tradição da ecologia social é bastante difundida em estudos que buscam uma melhor compreensão a cerca da criminalidade. Porém essa relação entre as características do lugar e a ocorrência de crimes ainda não foi totalmente explicada, em parte pela própria natureza e complexidade do fenômeno. As teorias provenientes da desorganização social ainda não conseguiram sanar todas as nuances do problema de altas concentrações criminais em determinados locais da cidade. Por outro lado, há uma gama de estudos que atribuem a criminalidade, em específico a ocorrência de homicídios, à outras atividades consideradas

ilícitas como o tráfico de drogas e a presença de gangues, ou grupos de indivíduos “organizados” para controle do território. Pretende-se neste trabalho, defender a ideia de que tais atividades agiriam como variáveis intervenientes da relação entre aspectos ecológicos e a ocorrência de homicídios.

Este capítulo se dedica a apresentar uma série de estudos que podem ser vistos como complementares na explicação dos mecanismos pelos quais contextos de desorganização social afetam as ocorrências criminais. Como isso busca-se contribuir para as análises contemporâneas focadas na distribuição espacial da criminalidade, principalmente para as explicações de concentrações de homicídios.

3.1- ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PERVERSAS

Alguns autores (SAVENIJE e colegas, 2007; MOSER e MCILWAINE, 2005), seguindo a linha teórica da “Desorganização Social”, em estudos sobre a América Latina, atribuem à exclusão social o surgimento de grupos juvenis orientados pela violência. Savejine e colegas (2007), por exemplo, atribuem à violência a função de construir a identidade, e conferir relevância social a grupos juvenis em contextos de vulnerabilidade social (falta de oportunidade e pobreza) (SAVENIJE e colegas, 2007).

Para esses autores, há uma associação entre exclusão social e a violência. Além disso, também se atribui à exclusão social a privação da oportunidade de desenvolvimento humano. Nas palavras dos mesmos:

“La exclusión social puede ser entendida como procesos mediante los cuales los individuos o los grupos son total o parcialmente excluidos de una participación plena en la sociedad en la que viven, viéndose privados de una o de varias opciones consideradas fundamentales para que cada persona pueda desenvolverse de manera plena” (SAVENIJE e colegas, 2007, p. 6).

Os processos de exclusão social são orientados pela privação sociocultural, de bens econômicos e políticos. A privação sociocultural refere-se à falta de equipamentos de saúde, educação, recreação e formação de uma identidade própria, dificultando o desenvolvimento de habilidades nos campos da educação, cultura e esportes. Já a privação de bens econômicos relaciona-se com a dificuldade de aprendizado de habilidades necessárias para a inserção no sistema produtivo, dificultando assim, o acesso e participação nos modos de intercâmbio financeiro e no processo de produção (mercado de trabalho). Enquanto a privação política diz respeito à falta de exercício pleno dos direitos civis e políticos, exemplificado pela dificuldade em executar interesses sociais e a baixa representatividade e participação nas tomadas de decisão por parte significativa da população (SAVENIJE *et al.*, 2007). No Brasil, pode-se dizer que as privações sociocultural e econômica estão muito relacionadas entre si e ocupam locais específicos nas áreas urbanas. Já a privação política, pode ser associada, em um nível paroquial, com a incapacidade de articulação comunitária para reivindicar recursos externos para a resolução dos problemas locais. Hunter (1985) já apontava a importância deste nível de socialização para o controle social, em que os laços comunitários deveriam ser fortalecidos para a manutenção de uma estrutura normativa. Além disso, a associação comunitária que era vista por Hunter (1985) como um mecanismo de manutenção da ordem paroquial, também tem como atribuição a mobilização e o diálogo com instâncias externas, a fim de se obter recursos políticos para a solução dos problemas comunitários.

Nesse contexto, destacam-se comunidades não regulamentadas ou em processo de regulamentação. No Brasil são observadas diversas porções territoriais, principalmente nos centros urbanos, que foram ocupadas de forma ilegal e sem nenhuma regulamentação governamental, formando diversas áreas de favela ou ocupação desordenada. Nesses locais não existe regulamentação e os cidadãos buscam ter acesso a serviços por meios ilegais, como o “gato” da eletricidade e da televisão por assinatura, por exemplo. Segundo um levantamento de dados de 2003 na área metropolitana de São Salvador, essas comunidades e os problemas sociais que nelas ocorrem foram estigmatizados como violentos, segundo a opinião pública (SAVENIJE e EEKHOFF, 2003). Além disso, “muito da violência urbana cotidiana na América Latina tem como contexto condições sociais excludentes nas quais vivem os agressores e também as vítimas” (SAVENIJE *et al.*, 2007, p.7).

Já em trabalhos de Savenije juntamente com Eekhoff (2003), os mesmos buscaram explicar a relação entre exclusão social e violência nas comunidades marginais na Região Metropolitana de São Salvador. Para os autores, tal relação perpassa por três mecanismos e se

retroalimentam, ou seja, a exclusão gera violência, e a mesma perpetua e acentua a exclusão. Os mecanismos de geração de violência são: (1) a frustração de viver em um contexto de exclusão gera violência; (2) a normalidade do uso da violência e (3) a formação de organizações sociais perversas, que utilizam a violência como meio de se impor e proteger seus membros (SAVENIJE *et al.*, 2003). O uso da violência por grupos desviantes também é estudado por Beato e Zilli (2012), para os autores a formação desses grupos é um elemento das etapas ou estágios de estruturação da atividade criminosa.

A exclusão social proporciona à população uma sensação de frustração diante da falta de infraestrutura adequada nesses locais e escassez de recursos financeiros, gerando uma sensação de impotência para superar as adversidades. Esse ambiente de exclusão gera um contexto propício para a formação de grupos voltados a atividades ilegais que usam da violência para definir / defender seu território. A violência seria então uma forma de imposição do medo e da ameaça. Tais mecanismos são potencializados nesses lugares devido a ausência do poder público, em particular da polícia. Essa perspectiva corrobora com a ideia da distribuição espacial heterogênea da criminalidade, onde as áreas mais violentas correspondem também às áreas mais degradadas.

Já a banalização da violência ocorre quando regularmente a população utiliza esse recurso para resolver seus conflitos, tanto entre vizinhos como no cotidiano das famílias, por fim, ninguém mais questiona a utilização de métodos violentos. Um exemplo é a utilização de castigo físico para correção dos filhos, o qual é considerado como necessário e lícito (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007). Mesmo no Brasil, onde recentemente foi aprovada a lei PR 7.672/2010, conhecida como lei da palmada que proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes. Ainda assim, muitas pessoas questionam a legitimidade do uso da violência para fins educacionais em ambiente doméstico. Nesse caso, mesmo se tratando de um ato ilícito ainda é moralmente aceito em determinados grupos sociais.

Mesmo os autores não desenvolvendo muito profundamente a banalização da violência, pode-se pensar em um fenômeno semelhante estudado por Silva (2004) nas comunidades do Rio de Janeiro. Para Silva (2004), a violência urbana seria uma representação coletiva característica de uma “forma de vida”, que se baseia em justificativas axiológicas da ação. Essas justificativas perpassam pela ideia de considerar moralmente lícitas ou não-problemática o emprego de violência em determinadas atividades cotidianas. O fenômeno da

banalização da violência é agravado em locais com a presença de gangues ou grupos de traficantes de drogas, em que a utilização da violência é recorrente e faz parte da própria dinâmica cotidiana da atividade. A própria gangue, ou seus membros, na maioria das vezes, são oriundos de famílias (são socializados) desse contexto, ou seja, a violência sempre esteve presente em seu desenvolvimento.

O que se percebe é a existência de ambientes onde impera uma forma de sociabilidade violenta que perpassa o cotidiano das pessoas. Nesses locais a violência urbana absorve simbolicamente uma prática da vida cotidiana, na qual há o uso da força como princípio organizador das relações sociais, suspendendo o monopólio da violência pelo Estado e desconcentrando seu uso legitimado. É também nesses contextos específicos, mas sempre na ausência da ordem estatal, que se percebe a sociabilidade violenta, que consiste em uma ordem perversa, ou diferenciada, capaz de impor determinados modos de comportamento, ou seja, impor uma “ordem” particular por meio da ameaça e uso da força (SILVA, L. A. M., 2004).

É nesse contexto que surgem “organizações sociais perversas” voltadas em garantir privilégios para os membros de seu grupo em detrimento de toda comunidade em que estão inseridas. A presença desses grupos se dá, fundamentalmente, pela ausência de eficácia coletiva, onde a comunidade não consegue se organizar para buscar recursos para resolver seus problemas de criminalidade. As gangues e os traficantes de drogas seriam um exemplo desse tipo de organização, as quais utilizam um potencial de violência e grande quantidade de armas de fogo para ameaçar os demais moradores da comunidade, predominando a força pela imposição do medo. Com isso, conseguem dominar territórios, dividindo as comunidades em esferas de poder, dificultando ainda mais o desenvolvimento do associativismo entre os moradores (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007; MOSER e MCILWAINE, 2000; 2001)

Além disso, as organizações sociais “produtivas” (como associações comunitárias) não têm capacidade nem respaldo para enfrentar as organizações perversas, nem contam com amparo das autoridades legais para neutralizar a atuação desses grupos, evitando prejuízos para a comunidade como um todo (SAVENIJE *et al.*, 2007). O pensamento dos autores reflete uma constatação do trabalho de Silva (2004), o qual aponta a ineficiência do aparelho público como o responsável pela desordem pública. Nesse sentido, vê-se o problema da criminalidade e do uso da violência como um resultado dessa ineficiência e não pela ótica do criminoso.

Portanto infere-se que algumas comunidades dotadas com grande concentração de desvantagens sociais, possuem estruturas que facilitam a formação de diversos tipos de grupos pela população, com intenção de obterem vantagens competitivas. O que difere esta teoria das demais é que justamente esse incentivo ao associativismo pode influenciar o surgimento de “organizações sociais perversas”, gerando um capital social perverso ou negativo para as comunidades em que estão inseridos (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007).

Em suma, a presença das organizações sociais perversas divide o território em áreas de influência, diminuindo os níveis de controle informal e a confiança mútua necessária para o desenvolvimento do capital social, principalmente se tratando de captação de recursos externos para o combate a criminalidade. Portanto, além da existência de um controle social informal, deve haver também um amparo mútuo entre moradores, instituições locais e autoridades externas, para que esse controle possa ser efetivo. Ou seja, é fundamental a ligação entre os três níveis de controle (privado, paroquial e público), para uma maior efetividade desse controle.

A ausência dessas condições propicia a fragmentação da comunidade, forçando os moradores a agirem isoladamente, ficando impotentes para lidar com diversos tipos de “organizações sociais perversas” (SAVENIJE & EEKHOFF, 2003; SAVENIJE *et al.*, 2007).

Cabe ainda ressaltar que para Savenije (2003; 2007) a violência já esta inserida no cotidiano das comunidades mais vulneráveis antes mesmo da instauração das “organizações sociais perversas”. Segundo os autores é justamente a presença da violência que propicia o desenvolvimento desses grupos em formas também violentas. Após a consolidação dos grupos a violência local é reforçada e se retroalimenta. Porém, outros estudos defendem a ideia de que a violência é causada devido a um modo de ação característico desses grupos (ganges e traficantes de drogas) devido a necessidades provenientes e pré-existente da própria atividade exercida (BEATO e ZILLI, 2012; SAPORI *et al.*, 2011; MISSE, 2007).

3.2 – ESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE CRIMINOSA

A exclusão social foi apontada de suma importância para o entendimento das dinâmicas criminais no caso brasileiro. Assim como em outros estudos (SAVEJINE e colegas,

2007; MARICATO, 2003), percebe-se que as comunidades violentas possuem uma série de características que associadas geram contextos de exclusão muito amplos, compreendendo diversos aspectos da vida social. Esses contextos de exclusão são terreno fértil para o surgimento de formas alternativas e informais de organização local, fortalecendo o protagonismo de grupos criminosos locais.

Em estudos sobre a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, Beato e ZILLI (2012), apontam para a existência de um mecanismo que seria responsável por fornecer características criminais específicas à determinados locais dos centros urbanos. Assim, o objetivo dos autores foi esboçar a estruturação das atividades criminosas realizadas por gangues, na tentativa de identificar diferentes estágios de organização que seguiriam um grau crescente de complexidade. Deve-se ressaltar que não se trata de um caminho linear de complexidade, mas sim que esses estágios são encontrados de acordo com características contextuais de exclusão e em que medida a estrutura das gangues impactam na estrutura da atividade criminosa e vice e versa. Mesmo assim, os autores afirmam que as características criminais do Rio de Janeiro seriam o “futuro” dos demais centros urbanos estudados, caso sejam mantidas as mesmas condições sociais atuais. Ou seja, a forma como os padrões criminais se apresentam atualmente não são estacionárias, sendo assim, ao longo do tempo vão ocorrendo mudanças entre os mecanismos associativos dos grupos desviantes que propiciam um maior ou menor grau de estruturação das atividades criminais. O estágio mais estruturado já observado no Brasil corresponde à forma encontrada atualmente na cidade do Rio de Janeiro (BEATO e ZILLI, 2012).

Os autores apontam para as similaridades dos locais considerados de maior violência tanto no Rio de Janeiro como em Belo Horizonte. Os mesmos lembram que historicamente, esses locais são frutos de reassentamentos, invasões ou criação de conjuntos habitacionais para resolverem os problemas de moradia nas grandes cidades. Em todos os exemplos citados o que se observa é que essas comunidades são formadas inicialmente com caráter transitório e são compostas por pessoas oriundas de diversas localidades, com valores e costumes também distintos. Também apontam que já na sua gênese esses territórios possuem um alto potencial de desorganização, o que posteriormente seria uma característica favorável para o surgimento de uma estruturação de atividades criminosas locais (BEATO e ZILLI, 2012). Mais uma vez se observa que a falta de infraestrutura local está associada à maiores índices de criminalidade. Conclui-se que em locais com grande desorganização social os moradores

ficam mais vulneráveis ao surgimento de atividades criminosas capazes de exercer um controle onde há a ausência do controle estatal.

Tal potencial de desorganização, para os autores, está fortemente ligado à condição de transitoriedade que esses locais se propõem inicialmente, mas que acabam por se tornar moradia permanente de grande parte da população. Ou seja, a ocupação do solo inicialmente seria temporária, incentivando-se assim uma ocupação informal, traço esse que se estende para outras situações cotidianas, o que gera porções da população que se baseiam na ilegalidade no trato da vida cotidiana (BEATO e ZILLI, 2012). A existência de um mercado consumidor de produtos ilegais estimula o fortalecimento de grupos como traficantes de drogas e até milícias que exercem o monopólio local da venda de produtos sem regulamentação, como gato de televisão a cabo e gás, como complementares econômicos das atividades ilegais exercidas nas áreas de controle.

Também deve-se ressaltar que a informalidade, juntamente com a falta de instituições e recursos formais de resolução de conflitos, acentua o problema de disputas domésticas e interpessoais (BEATO e ZILLI, 2012). Assim, a resolução privada do conflito, muitas vezes, assume aspecto violento, em locais onde a violência é banalizada e constitui o meio legítimo para resolução dos conflitos.

Pode-se dizer que a proposta teórica dos autores consiste em um desdobramento da abordagem das organizações perversas, aplicado no caso brasileiro. Ainda deve-se ressaltar que os mesmos chamam a atenção para os processos de urbanização desordenados pelos quais as comunidades violentas foram submetidas, porém, acrescentam uma variável interveniente para a explicação da criminalidade local que seria a criação de uma estrutura capaz de dar sustentação á tais atividades. Pode-se inferir que o caráter informal e em determinados aspectos ilegal, presentes desde a criação destes locais, interfere no surgimento de uma ordem normativa local que contempla certas atitudes consideradas não desejadas pela moralidade mais ampla. Essa ordem normativa própria permite tanto que se estabeleçam grupos de traficantes de drogas como também um comportamento violento associado ao uso de armas de fogo muitas vezes originados da própria lógica do tráfico de drogas.

O fato da diferença de acesso aos mecanismos de resolução pacífica de conflitos, assim como os próprios equipamentos públicos de justiça e segurança pública seriam um dos fatores agravantes do emprego da violência em determinados locais (BEATO e ZILLI, 2012). A ausência desses equipamentos públicos locais e a falta de oportunidade de um acesso mais

facilitado aos mesmos incentivam formas alternativas para a resolução dos conflitos. Tal fato associado à banalização da violência propicia que este último seja usado com maior recorrência nestes locais.

Os autores também apontam a falta de vigilância como fator responsável pelo maior envolvimento dos jovens em gangues, esses seriam justamente os atores predominantes da estruturação das atividades criminosas (BEATO e ZILLI, 2012). Também deve-se ressaltar que a juventude possui aspectos de necessidade de pertencimento a grupos e aceitação assim como uma moral ainda não consolidada, que, associado a leis mais brandas, diminuem os custos de se cometer crimes e aumenta a atratividade do envolvimento em atividades criminosas.

Segundo os autores, as atividades criminosas seriam estruturadas de acordo com 3 fases: conflitos e crime desorganizado, competição e extinção, mutualismo e controle de mercados. A primeira fase, chamada de *conflitos e crime desorganizado*, diz respeito ao surgimento de um perfil violento em comunidades claramente segregadas sócio e espacialmente. Nesta fase, inicialmente aparecem na mídia apreensões de traficantes locais com pequenas quantidades de drogas, mas os episódios de violência são noticiados gradativamente com maior frequência principalmente casos de tráfico de drogas e de assaltos. Destaca-se o aumento da presença de policiais corruptos e violentos, que exerciam a violência contra ou se associavam à grupos criminosos. Além disso, as atividades criminosas nesse estágio são fragmentadas e seguem uma lógica mais societária e menos econômica. Essa fase foi presente nas áreas estudadas no Rio de Janeiro na primeira metade dos anos 1980 e ainda hoje é presente em grande parte dos aglomerados da RMBH. Nesses casos a letalidade se dava em grande parte por motivos banais e ciclos de vingança localizados, nem sempre de cunho criminoso (BEATO e ZILLI, 2012).

Já a segunda fase, denominada competição e extinção, é caracterizada por um maior grau de complexidade da estruturação das atividades criminosas. Nesta fase percebe-se o acirramento da competitividade dos grupos criminosos e a imersão de conflitos com a finalidade da imposição de determinado grupo através da força. No Rio de Janeiro essa fase foi observada a partir da segunda metade dos anos 1980, com o aumento dos conflitos violentos entre os grupos criminosos e uma onda de filiação desses grupos a grandes facções criminosas como o Comando Vermelho e o Terceiro Comando, fato que acirrou os conflitos entre as favelas com a proeminência do uso de armas de fogo. Já em Belo Horizonte, apenas

nos anos 2000 que se pode observar essa segunda fase, assim mesmo apenas em favelas mais antigas, a filiação a facções criminosas, assim como conflitos decorrentes de rivalidade de grupos são pouco observados e ainda possuem caráter local. Este período coincide com a inserção do crack no mercado de drogas ilícitas, que primeiramente era vendido apenas em algumas favelas da capital. A inserção deste tipo de droga modificou as relações do mercado de drogas ilícitas nesses locais, aumentando a complexidade dos grupos de traficantes além do recrudescimento da violência (SAPORI e Colegas, 2011).

Pode-se dizer também que nesta fase, a arma de fogo ocupa papel central no que se refere à demonstração de poder do grupo, também é percebido que em momentos de rearranjos são os mais violentos. O papel da polícia também é central para maior grau de complexidade das atividades criminosas. Os estudos demonstraram que em locais que os grupos criminais não sedem à extorsões policiais, esses adotam uma postura mais violenta no trato com os criminosos locais, já em comunidades em que a propina é paga, o trabalho policial se torna menos violento. A polícia exerce um papel importante para o aumento da complexidade da atividade criminal, tanto pelo fator econômico, com necessidade de cálculos estratégicos dos criminosos, tanto pelo uso da violência de ambas as partes com o acirramento dos conflitos entre elas. Ainda cabe ressaltar que, especialmente no Rio de Janeiro, assim como ocorre nos casos do EUA e até de San Salvador, muitas das gangues são comandadas por presidiários, chegando até à episódios em que o governo do Rio ter que negociar com criminosos dentro dos presídios para amenizar conflitos na cidade (BEATO e ZILLI, 2012).

A terceira e última fase, conhecida como mutualismo e controle de mercados, caracteriza-se pela predominância de uma determinada gangue sobre a outra, esse processo é natural e tende ao controle do mercado ilícito. Essa expansão conta com a eliminação dos demais competidores através de execuções ou prisões e também a atividade econômica se diversifica, contando também com venda informal de outros produtos, inclusive públicos como gás e transporte, também há a exploração da prostituição, além da expansão para outras áreas da cidade. Essa fase caracteriza um cenário com menor violência do que o anterior, pois a lógica é mais econômica e acordos com a polícia são muito importantes para a garantia do monopólio do mercado em áreas maiores. Os autores destacam o crescimento e o fortalecimento das milícias nas comunidades cariocas, mesmo que já existentes, as milícias passaram por um processo de reorganização, com destaque para um maior posicionamento político e ampliação, devido à incapacidade do Estado em reestabelecer o controle de determinadas comunidades do Rio de Janeiro (BEATO e ZILLI, 2012). Pode-se dizer que no

extremo, a última fronteira da expansão e diversificação do comércio ilegal seria a “mercadoria política”. Essa mercadoria consiste na organização das milícias ou dos grandes grupos desviantes para eleger um representante na câmara de vereadores ou no poder legislativo, assim como ocorre frequentemente no Rio de Janeiro (MISSE, 2007).

Ao propor os três estágios de estruturação da atividade criminosa os autores pretendem demonstrar que as ações de controle e combate a criminalidade no Brasil carecem de maior detalhamento e planejamento específico. Segundo Beato e Zilli (2012), cada etapa de estruturação da atividade criminal exige uma intervenção específica e a tendência é que, se mantidas as condições atuais, as organizações criminais se estruturam de forma cada vez mais complexa, atingindo o terceiro nível e ocupando um papel mais difuso.

O que se pode perceber é que os homicídios estão relacionados a um mercado ilegal (tráfico de drogas e milícias) e suas especificidades. Dessa forma, a maior ou menor ocorrência de homicídios é vista como característica da fase de estruturação das atividades criminosas. Porém deve-se ressaltar que a estruturação da atividade criminosa depende de características sociais e de desorganização locais para se instalar e ganhar maior ou menor complexidade. Ou seja, as características ambientais das comunidades são determinantes para que uma rede ou grupo de traficantes se instaure nessas localidades. Os autores deixam bem claro que o cenário descrito consiste em uma análise das condições históricas e atuais, e que podem ser mudadas a partir de intervenções estatais. Dessa forma, a relação entre as condições de desorganização social estão intimamente relacionadas com o tipo de estruturação das atividades criminosas instauradas nas comunidades. Assim como as taxas de homicídio também estão associadas ao nível de estruturação de tais atividades.

Partindo desse pressuposto, a relação entre as atividades criminosas e os homicídios merece maior atenção por parte dos estudiosos da temática. A fim de elucidar melhor o problema proposto, no próximo subitem veremos como se dá a relação entre o tráfico de drogas ilegais e a ocorrência de homicídios.

3.3 – MERCADOS ILEGAIS

Como visto, o tráfico de drogas possui um papel central nas dinâmicas criminais das comunidades brasileiras, afetando tanto a dinâmica social dos locais em que estão inseridos,

como também afetando diretamente as ocorrências de homicídios. Entre alguns estudiosos sobre a temática (ZALUAR, 1994; MISSE, 2007; SOARES, 2008; 2007; CANO, 1998; SAPORI et al, 2011; BLUMSTEIN, 1995; MESSNER et al, 2007), Goldsteins (1985) teorizou a associação entre a venda e o consumo de drogas ilícitas e a ocorrência de homicídios. Segundo Goldsteins, a relação entre as drogas e a violência se dá seguindo três padrões distintos, porém não excludentes

O primeiro diz respeito ao consumo de drogas e sobre seu efeito sobre o comportamento do indivíduo. Nesse contexto, ressalta-se que alguns indivíduos ao consumirem determinadas substâncias alucinógenas, entram em um processo de irritabilidade ou perda do controle racional dos seus atos, o que pode causar tanto maior capacidade de cometer atos violentos como facilita com que o indivíduo se envolva em situações de vitimização (GOLDSTEISN, 1985).

O segundo também diz respeito ao consumo de drogas, porém quanto à compulsão gerada por esse consumo. Nesse contexto, ressalta-se que o consumo de certas substâncias, causa dependência tão acentuada, gerando quadros de extrema compulsão. Nessa situação os indivíduos acabam se envolvendo em atividades criminosas principalmente de roubo e furto para obterem recursos a fim de consumirem mais drogas. Ressalta-se que esse contexto se refere em grande medida aos crimes contra o patrimônio, porém não se descarta a possibilidade de ocorrerem homicídios no decorrer do ato criminoso (GOLDSTEISN, 1985). Cabe ressaltar ainda que com o surgimento do crack, no Brasil, esse quadro ficou muito mais evidente, devido ao maior poder de dependência causado por esse tipo de droga, já nos estudos originais (localizado nos EUA) a heroína também ocupa esse lugar (SAPORI e Colegas, 2011; HUGHES e RIECHE, 1995).

Já o terceiro cenário possui mais elementos contextuais ou de “gatilho” da violência, e diz respeito à dinâmica do comércio de drogas ilícitas. Neste contexto a violência é utilizada de forma sistêmica para resolver problemas decorrentes da atividade comercial, como cobranças de dívidas e disputas de mercado. Neste cenário estão inseridas disputas territoriais entre grupos rivais por pontos de venda de drogas, reafirmação de regras de condutas e hierarquias interna ao grupo, punição de devedores e de delatores e demais situações características do comércio de drogas ilegais (GOLDSTEISN, 1985). Este cenário corrobora com a dinâmica de violência proveniente da estruturação das atividades criminosas assim como descrito no trabalho de Beato e Zilli (2011). Sendo essa faceta do mercado das drogas

ilícitas a mais expressiva para a determinação das taxas de homicídio. Além disso, tanto as disputas territoriais quanto a estruturação das atividades criminosas ocorrem com maior frequência em contextos de desorganização social.

Para os fins do presente trabalho será considerado como unidade de análise apenas o terceiro cenário descrito por Goldsteins (1985), por entender que os dois primeiros dizem muito mais de um comportamento individual do que de uma dinâmica social. Apesar de Goldsteins (1985) já apontar uma relação sistêmica entre a violência e o mercado ilegal de drogas, o mesmo não descreve de forma mais detalhada como se dá esse processo associativo.

Sob outra perspectiva, Blumstein (1995) estuda a relação entre o comércio de drogas e a violência incorporando toda a comunidade em torno dos pontos de venda. Blumstein (1995), ao analisar empiricamente a mudança de padrões criminais ao longo do tempo nos EUA, atribui a mudança das taxas de homicídio em meados dos anos 1980 ao recrutamento de jovens pelo tráfico de drogas ilícitas. Ainda aponta que os jovens envolvidos com o comércio ilegal de drogas se armam para uma autoproteção, gerando uma “corrida armamentista” entre os jovens e um aumento exacerbado da violência. Pode-se fazer um paralelo dessa dinâmica descrita com o segundo estágio da estruturação das atividades criminosas, em que há uma ampliação do comércio, acirrando-se a competitividade e os conflitos decorrente da atividade (BEATO e ZILLI, 2012).

Entre os achados da pesquisa de Blumstein (1995), destacam-se as constatações de que a partir de 1985, houve um crescimento constante no número de homicídios por arma de fogo, enquanto o número de homicídios por outro tipo de arma (como faca ou estrangulamento) se manteve estável. Esses dados apontam que no período (à partir de 1985) ocorreram mudanças dos padrões criminais. Porém o que chama a atenção é que tais mudanças sucedem um período de quinze anos de relativa estabilidade dos padrões criminais norte americanos, além disso, o período corresponde com a inserção do crack nas grandes capitais do país. Com isso, pode-se inferir que a inserção do crack no mercado de drogas ilícitas marca uma transformação na estrutura organizacional desta atividade econômica, que em muitos casos agrava problemas de violência nas comunidades em que estão inseridos.

A mudança na dinâmica do mercado de drogas ilícitas, com a inserção do crack, se deu devido ao baixo custo da droga, assim foram atraídas pessoas de baixa renda, aumentando muito o número de transações comerciais, tanto pelo aumento de consumidores, como pelo aumento do consumo por pessoa. Com a mudança no mercado de drogas foi preciso aumentar

também a mão de obra de forma significativa, resultando no recrutamento intensivo de jovens. A posse de armas de fogo também aumentou juntamente com a atividade do comércio de drogas, pois tal atividade por ser ilegal, requer uma segurança própria, independente da fornecida pelo estado, para a proteção de recursos econômicos e também para a resolução de disputas. Porém o aumento do número de armas de fogo extrapola o aspecto utilitário e passa a ser considerado como símbolo de poder e status. Quanto maior o número de armas em uma comunidade, maior é o incentivo para que os moradores (inclusive os não relacionados ao tráfico) se armem individualmente (BLUMSTEIN, 1995).

Portanto, a contribuição de Blumstein (1995) ao entendimento da relação entre o tráfico de drogas e os crimes violentos é o acréscimo de uma quarta forma de associação entre essas variáveis além das três já apresentadas anteriormente. Essa quarta forma diz respeito à influência que o modo de vida dos traficantes exerce sobre toda a comunidade em que estão inseridos. O tráfico de drogas possui papel tão central dentro dessas comunidades que até mesmo os moradores que não participam do comércio de drogas também devem seguir determinadas normas de conduta (imposição do medo pela ameaça do uso da força ou violência). Em locais em que há a presença do tráfico de drogas, estabelece-se uma normatização informal, proveniente das relações dos traficantes, que estabelece, por exemplo, que a delação é algo inaceitável. A utilização ostensiva de armas de fogo pelos traficantes de drogas pode estimular outras pessoas da comunidade a igualmente se armarem, seja para sua autoproteção, para resolver problemas pessoais ou mesmo para obterem respeito dos pares. Portanto, o comportamento, principalmente dos jovens, de toda a comunidade é influenciado pelo comportamento dos envolvidos com o comércio de drogas.

É importante observar que Blumstein (1995) não fala da condição em que comunidades mais desestruturadas sofrem maior influência do tráfico, como os demais autores apresentados, mas sim que o tráfico de drogas gera um “efeito de desorganização da comunidade”. Na realidade, o foco do trabalho de Blumstein (1995) é a variação do número de homicídios e o tráfico de drogas entra como variável explicativa do fenômeno. Portanto, o autor não trata da inserção da atividade criminal nas comunidades. Porém, pode-se inferir, através de estudos anteriores, que a relação entre desorganização social e a presença ostensiva de atividade de tráfico de drogas pode ser considerada como mútua, na medida em que as comunidades já desorganizadas por fatores urbanísticos são mais propensas ao surgimento de atividades criminosas e, uma vez instaurado o tráfico de drogas, acentua-se ainda mais a desorganização de tal comunidade.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, Sapori e colegas (2011) buscaram analisar a relação dos homicídios com o tráfico de drogas na cidade de Belo Horizonte. Os autores buscaram demonstrar que as mudanças no padrão de incidência de homicídios estavam relacionadas com alterações no tráfico de drogas, mais especificamente com o início do comércio do crack. A pesquisa foi baseada em dados oficiais de homicídios registrados na cidade e a análise de inquéritos policiais durante os anos de 1993 à 2006.

Os autores demonstram que as taxas de homicídios na cidade seguem um padrão de comportamento que pode ser dividido em três períodos de tempo. O primeiro seria o que os autores denominaram de “evolução estável” e compreende os anos entre 1990 à 1996. Já o segundo momento é o chamado “período de deterioração gradativa”, e corresponde à elevação contínua das taxas de homicídio, ocorrida no período de 1997 a 2004. Enquanto no último período, é considerado “reversão de tendência ou evolução negativa”, como o próprio nome sugere corresponde a um período em que as taxas de homicídio começam a reverter a tendência anterior e começam a declinar, corresponde ao período a partir de 2005 (SAPORI e Colegas, 2011).

Segundo o estudo, a chegada do crack à capital mineira se deu em 1995, inicialmente em uma comunidade conhecida como PPL e posteriormente expandida para as demais localidades da cidade. A hipótese defendida pelos autores é de que a inserção e expansão do crack no mercado de drogas se relacionariam com o “período de deterioração gradativa” observado na análise das taxas de homicídios (SAPORI e Colegas, 2011).

A inserção do crack no mercado das drogas se relaciona com o aumento da criminalidade, pois esse mercado aumentou de forma muito expressiva tanto em quantidade de membros como em influência e domínio territorial a partir da venda de tal substância. Com um mercado mais expressivo, com as redes de relações mais consolidadas e armadas, intensificou-se o número de homicídios tanto os ligados diretamente com conflitos relacionados ao comércio de drogas como os conflitos de natureza pessoal que acabam sendo transferidos para toda a rede. A partir de um comportamento violento já instaurado e naturalizado tanto entre o grupo de pessoas envolvidas com o tráfico quanto entre as pessoas residentes nestes locais, o emprego da violência e o uso da arma de fogo passam a ser a forma legitimada de resolver conflitos de qualquer natureza. Uma vez instaurado um conflito, mesmo que seja de cunho pessoal, com um integrante de um grupo criminoso, o conflito passa a adquirir configuração grupal devido à sensação de unidade do grupo, ou seja, mesmo

que um integrante de um grupo passe a ter conflitos, mesmo de cunho pessoal, com um integrante de outro grupo diferente, o conflito passa a ser de todo o grupo, é quando se instaura a “guerra” entre grupos rivais. Além disso, associa-se também um aumento do endividamento dos usuários, devido à grande dependência causada pela substância, envolvendo o usuário em situações delicadas com os traficantes, nesse contexto também se encontra o aumento de roubos que, se realizado dentro da comunidade onde o tráfico está instaurado também pode levar ao homicídio (SAPORI e Colegas, 2011).

Outro ponto relevante para o presente estudo é o fato do tráfico de drogas apresentar território fixo e definido, através das “bocas de fumo”. A questão da territorialidade é tão forte para o tráfico de drogas que é o local da boca que define a rede de tráfico e não as pessoas envolvidas com o tráfico. Ou seja, as bocas, após consolidadas, são locais conhecidos em que se exerce a atividade de venda de drogas ilícitas durante um período de tempo relativamente grande, enquanto os traficantes que trabalham nesta mesma boca possuem maior rotatividade. Ainda há os casos em que os comandos mudam, ou por tomadas de poder ou por sucessões, e mesmo assim as relações cotidianas da boca são pouco alteradas, mantendo-se muitas vezes muitos dos vendedores varejistas e dos mesmos clientes e frequentadores. Também cabe ressaltar que “o pertencimento de um grupo/indivíduo a esse local consolidado é algo próprio de uma atividade ilícita aceita ou tolerada pelos que habitam essas regiões” (Sapori e colegas, 2011, PP.52). Tal fato nos leva a pensar, em quais contextos os habitantes estão mais propensos a “tolerar” a presença cotidiana de atividade ilícita? Possivelmente em contextos de desorganização social ou com baixa eficácia coletiva os moradores estariam mais propensos a aceitar a presença de tal atividade.

O estabelecimento de uma rede, muitas vezes iniciada pelo encontro de pessoas com a finalidade do consumo de drogas ilícitas, acaba por estabelecer não só vínculos entre os pertencentes, mas também uma vinculação ao local de encontro. Com a frequência de atividades desviantes, constantes em um mesmo local, os demais moradores acabam por “permitir” ou “tolerar” a permanência de tais atividades através de um processo complexo de redefinição de normas locais próprias. A relação da comunidade com os grupos desviantes vai se moldando ao passar do tempo, sendo assim, os moradores vão se habituando às atividades desviantes cometidas cotidianamente, na medida em que os delinquentes vão se instalando gradativamente e passam a exercer certo controle sobre o território.

Outra relação observada entre o tráfico de drogas e a ocorrência de homicídios, como já foi dito anteriormente, sugere que uma maior estruturação do tráfico de drogas implica em menos conflitos e conseqüentemente menos homicídios. As explosões das taxas de homicídios estão relacionadas á períodos de menor centralização de poder e rearranjos organizacionais ou em locais em que a estruturação é tradicionalmente menor, como em bairros, ficando mais propensos a guerras entre grupos iniciadas por motivos não relacionados ao tráfico de drogas, como os motivados por relacionamentos amorosos, por exemplo.

Quanto à estruturação do tráfico de drogas, no caso de Belo Horizonte, pode-se dizer que o mesmo não corresponde a ideia de organização, com hierarquias e estrutura bem definidos, mas se organiza em forma de rede de relacionamentos, sustentado pelas conexões, principalmente externas (SAPORI e colegas, 2011). Tal fato atribui ao cenário criminal belo-horizontino um caráter pulverizado, ou seja, o tráfico de drogas não é centralizado, muitas vezes há presença de grupos diferentes dividindo uma mesma comunidade em áreas de influencias muito próximas umas das outras. Esse fato acaba por agravar ainda mais os conflitos e é responsável por grande parte dos homicídios na cidade.

Por fim, os autores atribuem a queda das taxas de homicídio à políticas governamentais implantadas a partir de 2004, como a criação do GEPAR e do Fica Vivo. Por outro lado acredita-se em uma reorganização do tráfico na qual se presa mais o lado mercadológico e que os homicídios seriam prejudiciais na medida em que atraem a polícia para o local, dificultando a comercialização das drogas (SAPORI e colegas, 2011).

3.4 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo foi um esforço de diálogo entre as perspectivas apresentadas, que apesar de não possuírem uma interlocução clara, possuem de certa maneira o mesmo objeto de análise, os grupos de jovens envolvidos com a criminalidade. Alias pode-se considerar uma vantagem a análise destes trabalhos de forma conjunta, pois cada uma das perspectivas são complementares na análise do fenômeno.

Os estudos de Savenije (2003; 2007) vão tratar das condições da formação de grupos orientados para a criminalidade. Nesse sentido, as “organizações perversas” elucidam os mecanismos de formação e processos de socialização responsáveis pelo surgimento de grupos

predispostos a ações criminais, assim como assumirem uma postura violenta. Pode-se dizer que estes trabalhos ajudam a entender a gênese das gangues e dos grupos de traficantes. Além disto, é importante ressaltar que mesmo que os autores não cite especificamente os estudos da desorganização social, em muitos momentos, atribuem o caráter violento destes grupos à contextos de exclusão social, que podem ser associados à concentração de desvantagem e condições de desorganização social das comunidades.

já os estudos de Beato e Zilli (2011), se dedicam a entender os processos de estruturação da atividade criminal. Estes estudos tratam de um período posterior à gênese de grupos orientados para a criminalidade. Ao analisar o modo como se estruturam os grupos criminais, os autores se preocupam com as consequências da presença destes grupos nas comunidades. Sendo assim pode-se dizer que este trabalho complementa os estudos de Savenije (2003;2007), no sentido que vai explicar o que acontece após a formação das “organizações perversas” nos territórios em que estas estão inseridas. Além disso, Beato e Zilli (2011) apontam que os diferentes locais das cidades possuem características criminais específicas que são associadas às características estruturais do contexto espacial. Dessa forma, os autores estabelecem um diálogo com as teorias ecológicas, e estudos centrados na teoria da desorganização social.

De outra forma, Sapori e colegas (2011) se atêm a investigar o modo em que o tráfico de drogas se associa com o recrudescimento da violência e o aumento dos homicídios. Dessa forma, pode-se dizer que este estudo complementa os demais ao focar nas características (violenta) da atividade econômica (tráfico de drogas) praticada pelos grupos criminais. Além disso, os autores atribuem a possibilidade de expansão do comércio de drogas á incapacidade de controle social e de articulação por parte dos moradores das comunidades, fazendo uma clara interlocução com a teoria da Eficácia Coletiva.

Mais uma vez, observou-se neste trabalho uma a possibilidade de conexão entre abordagens que possuem perspectivas distintas de um mesmo fenômeno. Quanto à questão do tráfico de drogas, deve-se esclarecer que o enfoque deste trabalho será abordar a questão de uma forma mais ampla, considerando que este tipo de crime se associa à ideia de um mercado ilegal. Este mercado possui características próprias capazes de influenciar as relações pessoais dos envolvidos e interferir na dinâmica social dos lugares. Nesse sentido, não é o foco deste trabalho medir qual a centralidade do tráfico na formação das gangues, nem medir qual dos dois é mais importante para entender o comportamento dos envolvidos, mas assume-se que

são fenômenos que ocorrem simultaneamente, se complementando. Além disso é importante apresentar o trabalho de Misse (2007) por se acreditar que a abordagem do autor demonstra como historicamente os grupos desviantes assumem o domínio de territórios. Sendo assim, o tráfico de drogas seria a forma econômica que estes grupos assumiram atualmente, propiciada por condições do mercado.

Dessa forma, Misse (2007) destaca a importância em se dissociar a criminalização conceitual da representação social da incriminação real. Na prática, o autor observa que moralmente há diferenciações entre os mercados informais, que vezes são tratados como legais outras como ilegais. O autor lembra que até a década de 1970, o “jogo de bicho” era o grande problema da segurança pública do Rio de Janeiro. A atividade era igualmente violenta se comparada ao tráfico de drogas, entre os anos de 1950 e 1960, a cidade passou por uma série de crimes motivados por disputas entre “banqueiros” do jogo do bicho. Com isso sustenta-se dizer que o que gera conflitos violentos seria então a condição de um mercado ilegal com proporções de grande importância.

Em seu trabalho, Misse (2007) demonstra como a organização da estrutura do jogo do bicho se assemelha a estrutura do tráfico de drogas, contendo pontos de venda e os apontadores (pessoas responsáveis pela venda do jogo do bicho para o consumidor final). Também conta com gerentes que fazem a intermediação entre os apontadores e o “banqueiro”. O território, assim como no tráfico de drogas, é dividido sob áreas de controle dos “banqueiros”. É justamente a definição de um território conhecido que causa rearranjos comportamentais importantes para a configuração da atividade ilícita e que acabam por gerar formas violentas de resolução de conflitos. “Se, por um lado, essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro, passa a constituir efetivamente novas redes de sociabilidade, que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios” (MISSE, 2007, pp. 144).

Esse conjunto de fatores recebe o nome de mercados ilegais, muitas vezes aglutinando-se mercadorias ilegais (drogas, fruto de roubos, política etc) então o problema é que esse mercado é tão forte que consegue exercer o controle em determinados locais, onde os residentes vivem sobre as normas de conduta específicas da atividade de mercado. Por se tratar de um mercado informal e ilegal, de grande escala, a necessidade de segurança privada e processos de reafirmação de poder e status tanto internos como externos atribuem um caráter violento normalizado à essas normas de condutas. Tal fato associado à grande

presença de armas de fogo são responsáveis por altos índices de homicídios, especialmente distribuídos em conformidade com a prevalência e força desse mercado ilegal, e temporalmente correspondente à períodos de rearranjos estruturais.

Faz-se necessário ressaltar que a cena criminal do Rio de Janeiro foi iniciada pelo “jogo do bicho”, posteriormente foi sendo substituída pelo tráfico de drogas, mas mantendo configuração e estrutura semelhante. Em um terceiro momento, já se pode observar a substituição do tráfico de drogas pelas milícias, em que a venda da droga já não é mais o único produto comercializado. Nesse cenário há o comércio de gás, cabeamento de televisão, transporte (feito pelas vans) e demais produtos presentes no cotidiano dos moradores, mas o principal produto comercializado é a política. O comércio de influência política é fundamental para a permanência da influência local, contando com a cooperação de policiais corruptos e caracterizado pela imposição da venda de “segurança”. Portanto o que se pode inferir é que não é especificamente o tráfico de drogas que está relacionado ao aumento dos homicídios, mas sim a presença de um mercado ilegal e informal, responsável por ditar as regras de conduta locais. O que ocorre é que, diferentemente do Rio de Janeiro, nos demais centros urbanos brasileiros, ainda é o tráfico de drogas que representa a maior parcela desse mercado.

Portanto, apesar dos diversos enfoques adotados nos estudos acerca da criminalidade, a desorganização social de determinadas áreas urbanas possibilita o surgimento de grupos ou gangues de traficantes de drogas. A atividade da venda de drogas exige uma série de normas de condutas próprias que são extrapoladas para toda a população contida nas áreas de influência do tráfico de drogas. Ainda deve-se ressaltar a importância dos mercados ilegais na configuração da violência e da ocorrência de homicídios, sendo esses mercados responsáveis por toda uma lógica normativa e comportamental nas comunidades que apresentam as mais altas taxas de homicídios.

Conclui-se que os trabalhos apresentados neste capítulo podem ser considerados uma abordagem ecológica do crime, no sentido em que atribuem as concentrações criminais à fatores estruturais dos locais em que estes ocorrem. Sendo assim, assumem que tanto os grupos delinquentes quanto a própria atividade do tráfico são mais expressivos ou possuem um caráter mais violento em determinados contextos. Quais são estes contextos é pouco explorado ou explicado pelos autores, por isto acredita-se que a teoria da Desorganização social, assim como sua abordagem sistêmica e da Eficácia Coletiva são necessárias para esclarecer tais condições contextuais.

Capítulo 4 – METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base a perspectiva teórica da ecologia social, que já é bastante discutida entre estudiosos da área do crime e segurança pública. Ainda acrescenta um conjunto de estudos acerca das dinâmicas criminais, no intuito de aumentar o esclarecimento sobre as especificidades da criminalidade brasileira. Através disso, foi possível selecionar um conjunto de características que compõem o constructo teórico apresentado, a fim de colocar em prova as hipóteses da pesquisa. Este capítulo busca organizar os elementos da pesquisa propriamente dita, bem como descrever as metodologias analíticas utilizadas para alcançar os objetivos propostos. O presente estudo utiliza uma metodologia de pesquisa quantitativa, através do qual elabora um constructo de mensuração de desordem local, analisa de forma exploratória a distribuição dos critérios a serem avaliados e avalia o efeito dos mesmos para a ocorrência de homicídios.

Mais especificamente, este trabalho procura investigar as causas da heterogeneidade espacial da ocorrência de homicídios na cidade de Belo Horizonte. Primeiramente, pretende-se operacionalizar a construção de um indicador baseado em características sociodemográficas em seguida avaliar a distribuição espacial dos crimes de homicídio e tráfico de drogas, além da desorganização social. Posteriormente, o foco da análise consiste na avaliação do efeito interveniente da presença de tráfico de drogas na ocorrência de homicídios.

A hipótese de pesquisa discutida neste trabalho supõe a existência de uma distribuição espacial da criminalidade urbana, cujo padrão está associado a fatores da ecologia social responsáveis por um contexto local de desorganização social e oportunidade criminal diferenciada, levando indiretamente à uma distribuição desigual dos homicídios. Isto é, levanta-se como hipótese o fato de que características estruturais dos bairros implicam em formas diferenciadas de organização social que, por sua vez, implicam em dinâmicas criminais também distintas, tais dinâmicas criminais impactam na distribuição diferenciada de homicídios. Assume-se, portanto, que em determinadas áreas da cidade há uma diferenciação quanto ao tráfico de drogas, tanto no que tange a expansão da atividade quanto no tipo de produto comercializado, decorrente de fatores estruturais e que estes tem efeito sobre a ocorrência de homicídios.

Sendo assim, a variável independente denominada índice de Desorganização Social, que será avaliada na parte empírica deste trabalho, consiste em uma medida das principais

características estruturais apontadas pelos estudos ecológicos. Com isso, busca-se medir a associação entre os elementos contextuais, apontados pela revisão teoria da Desorganização social, na a caracterização das unidades ecológicas estudadas. Devido à ausência de medidas mais objetivas para a mensuração da expressividade das gangues nos territórios, será utilizada neste estudo a variável da taxa de apreensões por tráfico de drogas. Esta variável representa a localização espacial dos mercados ilegais e será utilizada como *proxy* tanto da estruturação das atividades criminosas, bem como da existência de organizações sociais perversas.

Este capítulo, portanto, se propõe a organizar e sistematizar as informações coletadas a fim de analisar os objetivos da pesquisa. Para tal, será organizado da seguinte forma: dados, perguntas de pesquisa, variáveis, metodologia de análise e técnicas analíticas.

4.1 – DESCRIÇÃO DOS DADOS

Este estudo compreende uma análise do padrão espacial dos crimes de Homicídios na cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 2008 e 2012. Também contém dados relativos às prisões por tráfico de drogas na cidade entre os anos de 2007 e 2011. Em ambos períodos, os dados de crimes compreendem registros de ocorrências da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e da Polícia Civil (PCMG) originadas em duas possíveis situações: por acionamento do cidadão, via chamada telefônica “190” ou diretamente em alguma guarnição das polícias militar e civil; ou por meio de iniciativa própria dos policiais militares ao se depararem com alguma situação que ocasionou a abertura de um registro de ocorrência policial, oficialmente denominado de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS).

A base de dados utilizada compreende os registros das ocorrências policiais subdivididos em registros de homicídio consumado e apreensões por tráfico de drogas. A partir do endereço da ocorrência, foi possível geocodificar² essa base de dados. Neste trabalho, utilizaremos apenas as informações relativas aos registros de homicídios consumados entre os anos de 2008 e 2012 e as apreensões por tráfico de drogas entre os anos de 2007 e 2011.

Deve-se fazer uma ressalva quanto à natureza dos dados utilizados, por se tratarem de registros policiais e, portanto gerados a partir de uma interpretação do policial acerca da

² O processo de geocodificação consiste em associar o endereço da ocorrência a uma base de logradouros com informações geográficas. Para aqueles endereços compatibilizados nas duas bases são associadas à primeira base as coordenadas geográficas.

situação em que se deu a ocorrência. Essa interpretação pode decorrer tanto da observação do policial das circunstâncias imediatas, verificadas no local em que está sendo realizado o atendimento policial, ou pela descrição do fato por testemunhas. Cabe ainda ressaltar que, no sistema de justiça criminal brasileiro, um evento classificado nesse primeiro momento como um determinado crime pode vir a ser alterado quanto à sua natureza jurídica³ (BEATO, 2009).

Como já mencionado anteriormente, neste trabalho optou-se por trabalhar com as ocorrências de homicídios consumados. Com isso, procurou-se testar o efeito dos elementos conceituais do escopo teórico da ecologia social assim como as características criminais das “vizinhanças” no contexto urbano da cidade de Belo Horizonte. Para isto, tomamos como unidade de análise a base cartográfica dos setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esta base digital do mapa de setores censitários corresponde à malha territorial utilizada com a finalidade de realização da pesquisa censitária do ano de 2010. Esta base de dados dividiu a cidade de Belo Horizonte em 3.895 setores censitários, porém, para os fins desta pesquisa, foram excluídos os setores censitários que possuíam população zero, por não apresentarem dados pertinentes ao fenômeno social estudado. Posto isso, a base de dados utilizada é composta por 3.593 setores censitários ocupados de Belo Horizonte considerados como vizinhanças.

Para efeito deste estudo, os setores censitários serão utilizados como unidade de análise, por se tratar da menor unidade territorial que permite verificar relações de vizinhança. Assim, pode-se ter informações mais detalhadas, possibilitando uma análise do fenômeno com mais nuances territoriais. Para esse nível de análise, portanto, é possível obter informações detalhadas sobre as características das vizinhanças em termos de desigualdade racial, densidade populacional, proporção de jovens do sexo masculino, responsáveis pelo domicílio e desigualdades de renda.

É importante salientar que a literatura tratada neste estudo se baseia no conceito de bairro ou vizinhança. Metodologicamente, irá se utilizar os setores censitários como *proxy* de vizinhança. Mesmo havendo divergências quanto ao tamanho e correspondências geográficas entre os setores censitários e os bairros, os setores conseguem compreender os principais critérios de definição de bairro. Primeiramente, um bairro pode ser compreendido como uma pequena área geográfica e social incorporada a uma unidade maior onde as pessoas habitam. Nessas unidades, as interações sociais entre os residentes promovem um tipo de organização

³ Não é objeto desta pesquisa realizar uma discussão acerca da qualidade do registro, nem mesmo, dos desdobramentos decorrentes do processo ao longo sistema de justiça criminal brasileiro

social com vínculos institucionais variados. Há uma vida em comum àqueles residentes de um bairro cuja tradição de identidade e continuidade é transmitida ao longo do tempo (BURSIK; GRASMICK, 1993).

Cabe ressaltar que os setores censitários são unidades menores do que os bairros propriamente ditos, não havendo uma correspondência exata entre essas duas unidades. Ainda devido ao tamanho dos setores censitários, pode ocorrer uma grande variabilidade da incidência de crimes entre um ano e outro. Por conta dessa flutuação, neste estudo optou-se por agregar as ocorrências de crimes ao longo de todo o período estudado, a fim de minimizar as oscilações provenientes do tamanho da área. Esse recurso tem sido utilizado em inúmeros estudos que tomam os setores censitários como unidades de área e como aproximações de bairros (MORENOFF et al., 2001; MORENOFF, 2003; SAMPSON et al. 1997; SAMPSON et al., 2006; VILLARREAL; SILVA, L. A. M., 2006). Esse recurso metodológico permite avaliar o “efeito das vizinhanças” sobre as taxas de homicídio.

Descrição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio
					Padrão
Pessoas Residentes - domicílios particulares	3593	12	2570	616,66	308,314
Mulheres responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	3593	1	332	86,70	47,135
Pessoas Residentes e cor ou raça - preta ou parda	3593	3	1782	322,53	225,971
Pessoas Residentes entre 10 e 24 anos do sexo masculino	3593	0	358	73,79	42,551
Domicílios particulares permanentes	3593	5	719	198,55	97,085
Homens moradores em domicílios particulares e domicílios coletivos	3593	4	1276	289,93	147,697
Mulheres moradoras em domicílios particulares e domicílios coletivos	3593	5	1294	328,57	162,236

Tabela 1 - Estatísticas descritiva dos setores censitários em Belo Horizonte (2010).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo 2010.

4.2 – PROCESSO METODOLÓGICO

O presente trabalho se divide em duas etapas: a primeira, chamada Análise de Dependência Espacial é composta por testes estatísticos exploratórios para a verificação de uma possível relação espacial do fenômeno estudado; enquanto a segunda etapa, denominada Análise de Dados, consiste na análise estatística da relação causal entre as variáveis estudadas.

A etapa de Análise de Dependência Espacial é precedida por um procedimento instrumental de mensuração de desordem local, que se resume na criação do Índice de Desorganização Social (IDS), que foi construído a partir de dados do Censo 2010. Buscou-se criar uma variável capaz de mensurar os principais aspectos das abordagens ecológicas. O objetivo deste procedimento é sistematizar os dados formando uma única variável que seja indicativa de uma desordem local, com isso, além de fornecer informações organizadas sobre o contexto social da cidade, facilita a criação de modelos explicativos mais complexos.

Já a Análise de Dependência Espacial consiste na realização de testes estatísticos confirmatórios, além de análise estatística ponderada espacialmente, a fim de verificar se os homicídios cometidos em Belo Horizonte possuem alguma relação com o local em que foram cometidos. O que nos leva à próxima etapa que é a Análise de Dados, onde se procura explorar as possíveis associações entre os elementos conceituais da desorganização social e o padrão de tráfico de drogas com as ocorrências de homicídios consumados. Devido à natureza dos dados, faz-se necessária uma análise estatística que consiga compreender as relações de dependência entre os fatores estruturais e os padrões criminais. Portanto, pretende-se testar em etapas diferentes a dependência espacial dos homicídios e as associações entre este e a presença de tráfico de drogas e a condição de desorganização social das comunidades.

A proposta deste trabalho é demonstrar que mesmo que elementos estruturais tenham significativa importância na determinação da distribuição de homicídios e estes estejam associados à sua ecologia urbana, o padrão do tráfico de drogas se encontra associado à distribuição da ocorrência de homicídios.

A ecologia social serve de base para diversas abordagens criminológicas que buscam explicar a distribuição espacial de padrões criminais. Surgindo assim uma centralidade e evidência para o papel do “lugar” para a compreensão das causas e dinâmica criminais. “Os teóricos da desorganização social e, mais recentemente, aqueles que renovaram o conceito em termos sistêmicos e do modelo da eficácia coletiva, compartilham do mesmo problema de pesquisa, ou seja, procuram identificar os elementos estruturais dispostos no espaço urbano que explicariam a variação espacial do crime no interior das cidades, mediados pelas características organizacionais dos bairros” (SILVA, B. F. A., 2012).

Através de uma série de modelos estatísticos, este trabalho busca explicar a violência nas vizinhanças. Fundamentalmente, procura-se testar as hipóteses de pesquisa que apontavam a variação espacial da criminalidade urbana como um produto de características estruturais, mas ainda insere à discussão um terceiro elemento, a presença do tráfico de drogas nos locais. Este elemento ainda é tratado de forma separada das teorias ecológicas, por isso

este trabalho tenta de inserir essa predominante forma criminal às discursões espaciais da criminalidade. Acrescenta ainda que o tráfico de drogas pode ser uma das possíveis explicações sobre as dinâmicas envolvidas na associação entre contextos de desorganização e a criminalidade.

4.3 MÉTODO DE ANÁLISE

Este estudo é composto por dois estágios, em que tanto a ecologia do crime quanto as dinâmicas sociais que culminam em homicídios serão analisados. Primeiramente, deve-se ressaltar que mesmo não se tratando de uma etapa da pesquisa propriamente dita, a construção do Índice de Desorganização Social se deu à partir de uma análise fatorial exploratória, que será descrita de forma detalhada na seção de descrição das variáveis. Com esta análise, procurou-se identificar quais seriam os principais fatores apontados pela linha teórica da desorganização social e seus desdobramentos. Nesta etapa analisa-se à partir de uma série de características apontadas pela teoria, quais seriam os principais elementos presentes em contextos de desorganização social para o caso de Belo Horizonte.

Posteriormente, na primeira etapa da pesquisa, foram realizados testes estatísticos a fim de confirmar o pressuposto de que os crimes de homicídios possuem alguma dependência espacial, ou seja, que há uma relação entre as taxas de ocorrências de assassinatos e o local onde estes são consumados. À partir disso, em um segundo momento, procurou-se explorar algumas das possíveis explicações das causais do padrão de distribuição territorial dos homicídios.

4.4 - QUESTÕES DE PESQUISA

Este trabalho procura inserir ao escopo de estudos da ecologia do crime alguns elementos, que interferem na dinâmica comunitária, e com isso aumentar o esclarecimento acerca da criminalidade brasileira. Para tal, se buscou integrar às abordagens decorrentes da desorganização social uma discursão sobre a dinâmica do comércio de drogas ilegais, a fim de explorar os mecanismos pelos quais as condições de desordem local interferem na ocorrência de homicídios. Expõe-se as ideias originais da teoria da Desorganização Social, proposta por Shaw e McKay (1942), além dos seus desdobramentos na abordagem sistêmica (BURSICK; GRASMICK, 1993) e pelo desenvolvimento do conceito de Eficácia Coletiva (SAMPSON et

al., 1997). Além disso, buscou-se associar um grupo de discursões sobre a forma do comportamento criminal na América Latina e no Brasil. Esse último grupo de estudos apresentados seriam uma tentativa de preencher algumas das lacunas deixadas pelas abordagens ecológicas, que não conseguem explicar de que forma se dá a associação entre desordem local e criminalidade. Apontando assim, as especificidades do caminho pelo qual perpassa a criminalidade brasileira e os elementos envolvidos na violência urbana, aqui representada pelos crimes de homicídios.

Toda a abordagem teórica da ecologia social se baseia na premissa de que os crimes são distribuídos de forma não aleatória ao longo do território. Portanto, para a realização deste trabalho, antes de qualquer coisa se faz necessária a verificação baseada na seguinte pergunta:

Em Belo Horizonte os crimes são concentrados espacialmente? Esta pergunta busca investigar em que medida os homicídios e o tráfico de drogas ocorrem desproporcionalmente em determinados locais da capital.

A duas questões de pesquisa seguintes são relacionadas ao pressuposto de que o crime é espacialmente concentrado em áreas urbanas, resultado de processos de urbanização desordenados. Neste contexto observa-se locais onde há a chama da concentração de desvantagens e o crime surge como uma das respostas negativas às características do lugar. Esta pergunta remete à ideia de que há fatores locais que interferem na dinâmica social local como um todo e afetando principalmente o padrão criminal. Segundo essa linha de raciocínio, mesmo que as pessoas se mudem do local, o mesmo continua apresentando um perfil criminal parecido. Posto isso, apresenta-se a seguinte pergunta:

Características estruturais e criminais são semelhantes entre vizinhos próximos? Com esta pergunta pretende-se verificar em que medida é possível afirmar que fatores internos, em um ponto do território, são relacionados às características dos seus vizinhos.

Vizinhanças com maior desorganização social são relacionadas com taxas de homicídio mais elevadas? Com esta pergunta pretende-se testar o ponto central das abordagens provenientes da linha teórica da Desorganização Social.

Além desses pontos levantados até agora, este trabalho busca inserir o tráfico de drogas como um dos caminhos pelos quais perpassa a relação entre a desordem social do ambiente e o crime de homicídio. Parte das críticas relevantes às abordagens provenientes da desorganização social apontam que estes estudos não conseguem, ou não se preocupam, em esclarecer de que forma a desorganização social influencia a ocorrência de crimes. Na busca para esclarecer um pouco mais estas questões faz-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Qual é a relação causal entre desorganização social e os crimes de tráfico de drogas e de homicídios?

O esforço teórico empenhado neste trabalho consiste em uma tentativa de integração de dois campos de estudos da criminalidade. Mais ainda, propõe que a associação entre essas teorias, que para fins didáticos aqui são representadas pelo Índice de desorganização social e taxa de tráfico de drogas, é possível e complementar. Acredita-se que as falhas e os elementos não descritos de uma podem ser encontrados na outra. A forma em que os aspectos de desorganização social e tráfico de drogas se associam podem ser investigados à partir da seguinte pergunta:

Pode-se dizer que o efeito de locais desorganizados sobre a ocorrência de homicídios pode ocorrer tanto de forma direta como de forma indireta, através da existência do mercado ilegal do tráfico de drogas?

4.5 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E MEDIDAS

4.5.1 Variável Dependente

Como o objetivo deste trabalho consiste em integrar abordagens teóricas distintas, para melhorar a compreensão a cerca da criminalidade brasileira, buscamos neste capítulo operacionalizar os conceitos destas teorias a fim de testa-los empiricamente. Esta pesquisa

então, busca compreender os homicídios à partir de uma perspectiva macro, porém o enfoque se dá tanto pela sua distribuição espacial como pelos mecanismos causais dessa distribuição.

Em virtude da natureza espacial tanto dos dados quanto das informações que se deseja testar, e com o desenvolvimento de ferramentas analíticas de dados geográficos, hoje se pode contar com inúmeras técnicas e métodos de análise espacial de dados (ANSELIN, 1989; 2003; 2010). Para visualizar o padrão espacial da incidência dos homicídios, inicialmente se utiliza dados pontuais, provenientes dos registros oficiais de homicídios em uma técnica estatística espacial específica para a identificação de *hot spots* (LEVINE, 2010).

Posteriormente, as perguntas desta pesquisa suscitam a necessidade de se empregar outras técnicas estatísticas para a verificação da associação dos homicídios à fatores socioeconômicos nas vizinhanças. Portanto o interesse da pesquisa passa a ser as características dos lugares. Desta maneira, não há mais interesse nos homicídios de forma individual, mas sim em sua agregação por área. Como já discutido anteriormente, este trabalho possui como unidade de análise os setores censitários de Belo Horizonte devido ao maior nível de detalhamento das informações e por ser considerado como uma boa medida de vizinhança. Assim, utiliza-se neste trabalho uma agregação das ocorrências de homicídio ao longo dos cinco anos estudados por setor censitário. Ou seja, para cada um dos 3.593 setores são somados os homicídios consumados entre os anos de 2008 a 2012 possibilitando o cálculo de taxas relativas por vizinhança.

Outro ponto que também foi levado em consideração na construção da variável dependente foi o fato de que os setores censitários possuem tamanhos territoriais e de população diferentes. Essa diferença prejudica comparações entre os setores, pois não há padronizações, sendo necessários ajustes para se garantir as proporções adequadas. Para tentar diminuir as discrepâncias e inserir mais sentido à variável, os valores absolutos de homicídios foram transformados em taxas e multiplicados por 10 mil habitantes. Segue a fórmula de cálculo da variável:

$$txHom = \left(\frac{Hom}{Pop \times 5} \right) \times 10.000hab$$

Sendo que:

txHom = Taxa de Homicídios Consumados;

Hom = Número total dos homicídios consumados no setor, durante o período de 2008 a 2012;

Pop = População do setor censitário no ano de 2010 (fonte: IBGE).

A taxa de homicídios é calculada, como já dito anteriormente, à partir da soma de todos os homicídios que ocorreram em cada setor censitário durante o período estudado. Esta estratégia visa garantir maior estabilidade aos dados, corrigindo possíveis situações isoladas, e garantindo maior verossimilhança com o perfil criminal do local. Assume-se que a população de Belo Horizonte não sofreu mudanças bruscas no que diz respeito ao seu tamanho durante o período estudado, sendo assim, utiliza-se como referência a população do Censo de 2010. Multiplica-se essa população por cinco, como correspondente ao que seria a soma da população dos setores censitários dos anos de 2008 a 2012. Por fim, multiplica-se o valor da razão de homicídios por 10 mil habitantes.

A Taxa de Homicídios Consumados (txHom) criada a partir do processo descrito acima nada mais é do que a variável dependente ou resposta de todo o processo analítico deste trabalho. Através desta taxa busca-se entender melhor o padrão criminal da cidade de Belo Horizonte, assim como os mecanismos pelos quais são definidos estes padrões.

Descrição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
txHom	3593	,00	520,83	4,8904	15,68728

Tabela 2 - Estatística descritiva da variável dependente.

Fonte: REDS – Tabulação Própria.

4.5.2 VARIÁVEIL INDEPENDENTE

Como já mencionado anteriormente, este trabalho objetiva testar algumas das características estruturais das vizinhanças que teoricamente se relacionam com a criminalidade. Para isso, através da utilização de dados do Censo de 2010, buscou-se levantar quais seriam os principais indicadores apontados pela discussão teórica que compusessem uma medida de desorganização social da vizinhança. Deve-se ressaltar que neste trabalho será usado o termo desorganização social como referência aos fatores elencados na construção desta variável, que mesmo provenientes das discursões teóricas resultantes da teoria intitulada “Teoria da Desorganização Social”, não consistem nos mesmos fatores apontados inicialmente por Shaw e McKay (1942).

Buscou-se verificar quais seriam as principais características responsáveis por uma desorganização social das comunidades. Essas características foram apontadas pela revisão da bibliografia acerca de toda a linha teórica da Desorganização Social, incluindo a abordagem

sistêmica e a Eficácia Coletiva. Primeiramente realizou-se uma análise fatorial exploratória com a finalidade de medir e selecionar entre os dados disponíveis, os que melhor se ajustavam ao constructo criado.

A revisão teórica aponta que a privação econômica impacta negativamente a dimensão estrutural da vizinhança. Porém, ao destacarmos somente os prejuízos causados pela privação econômica, oculta-se os benefícios obtidos devido a abundância de recursos financeiros. Levando isto em consideração, ao retomar os diferentes níveis de controle social como apontado pela abordagem sistêmica da Teoria da Desorganização Social, principalmente ao que se refere o nível público e a sua capacidade de articulação com instâncias institucionais. Em locais com maior concentração de renda, o acesso à recursos sociais e institucionais é maior, gerando benefícios também quanto à eficiência desses equipamentos. Morenoff e colegas (2001) já apontava que os recursos mobilizados nessas áreas mais abastadas são relevantes para o controle social, mesmo que a densidade das redes ou o capital social não sejam tão fortalecidos.

Seguindo este raciocínio optou-se pela utilização de um índice capaz de mensurar tanto a concentração da pobreza quanto a afluência. A criação da variável chamada *Id_renda*, para melhor identificação, na verdade consiste em um indicador da desigualdade de renda no interior do setor censitário. O *Id_renda* é calculado segundo a seguinte fórmula:

$$Id_{renda} = \frac{P - R}{R + P}$$

Sendo que *P* representa o total de responsáveis pelo domicílio com renda de até um salário mínimo e *R* representa o total de responsáveis pelo domicílio com renda superior a quinze salários mínimos. O índice *Id_renda* varia de -1 à +1, sendo que -1 representa o extremo da riqueza, enquanto +1 representa o extremo da pobreza. O valor zero representa locais em que há a mesma proporção entre os dois extremos. Apesar da escala ser contra intuitiva, neste caso será necessária para a comparação com as demais medidas utilizadas.

Seguindo a mesma lógica, buscou-se testar se a raça, ou melhor, se a heterogeneidade étnica na área seria indicativa de maior desorganização social. Segundo Shaw e McKay (1942) as áreas desfavorecidas socioeconomicamente eram também caracterizadas pela presença de imigrantes recém-chegados oriundos de diversos locais, apresentando uma grande diversidade étnica e racial. Sampson também aponta que aponta para a existência de um isolamento, motivado pela raça, que seria responsável por diversos problemas sociais como desordem local, mortalidade infantil e abandono escolar, relacionados também com fatores familiares como a situação socioeconômica e famílias monoparentais. (SAMPSON,

MORENOFF e GANNON-ROWLEY, 2002; SAMPSON, 2004; SAMPSON, 2012). Dessa forma, optou-se pela utilização de um indicador de desigualdade racial, calculado à partir da seguinte fórmula:

$$Raça = \frac{P - B}{B + P}$$

Onde P corresponde à população de cor ou raça preta ou parda e B corresponde à população de cor ou raça branca. O índice de desigualdade racial (Raça) varia de -1 à +1, sendo que -1 representa comunidades com apenas moradores brancos, enquanto +1 representa comunidades com apenas moradores pretos ou pardos. O valor zero representa locais em que há a mesma proporção entre os dois extremos.

Os trabalhos de Morenoff et al. (2001) e Sampson et al. (2002) encontram-se identificados os principais processos da estrutura das comunidades, responsáveis pela desorganização social. Segundo os autores, a mobilidade residencial, nível socioeconômico e estrutura familiar são responsáveis por uma ruptura da integração social de determinadas áreas. Uma baixa integração social causa o enfraquecimento dos níveis paroquiais e privado de controle, além dos prejuízos à supervisão adequada das crianças, que ficam mais expostas à influências de grupos e pessoas envolvidas com a criminalidade. Neste sentido, a desestruturação familiar, principalmente ocasionada por famílias monoparentais, impactam não só as relações à um nível privado, mas na comunidade como um todo. Posto isso, este trabalho utiliza a proporção de domicílios chefiados por mulheres (RespM) como uma *proxy* de menor controle parental sobre crianças e adolescentes. Além disso, alguns autores também apontam a medida como uma importante variável de mudança social que acarreta também em menor vigilância e controle no nível paroquial (HUNTER, 1985, SAMPSON e GROVES, 1989).

Outra medida frequentemente utilizada para a explicação de concentrações criminais diz respeito à densidade domiciliar. Este trabalho optou por utilizar esta medida como um indicativo do nível de deterioração de uma área. Segundo Stark (1987) locais com maior densidade domiciliar apresentam uma maior propensão do indivíduo passar mais tempo fora de casa. A permanência de jovens ociosos nas ruas por longos períodos está intimamente associada à formação de grupos delinquentes. Neste trabalho foi calculada a densidade domiciliar média (Ddom) para cada setor censitário.

Seguindo o mesmo raciocínio, sabe-se que historicamente a rua, como espaço público, é um lugar ocupado majoritariamente por homens. Além disso são os jovens do sexo masculino os maiores envolvidos nos crimes de maneira geral, mas principalmente nos

homicídios, tanto como autor quanto como vítimas. Por isso, utiliza-se a proporção de jovens (de 10 a 24 anos) do sexo masculino (JHom) como indicativo da exposição à formas indesejadas de sociabilidade.

Após a criação deste conjunto de variáveis descritivas da situação estrutural das vizinhanças, realizou-se uma padronização dos escores, para que se possa entender a posição relativa à média. Essa padronização consiste no processo de converter o escore bruto de uma distribuição em escore z. A padronização permite verificar o quanto acima ou abaixo da média um escore está. Em outras palavras, a padronização permite verificar se determinada característica de um setor está acima ou abaixo da média de todos os setores para essa mesma característica. A tabela 03 a seguir apresenta a descrição do conjunto de variáveis construídas para a mensuração da desorganização social, já padronizadas:

Descrição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Índice de desigualdade de renda	3593	-2,97	2,97	1,00	1,70
Proporção de domicílios chefiados por mulheres	3593	,00	2,22	1,00	,30
Proporção de jovens de 10 a 24 anos do sexo masculino	3593	,00	2,49	1,00	,24
Índice de desigualdade racial	3593	-20,52	20,92	1,03	8,89
Densidade Domiciliar	3593	,37	1,47	,97	,12

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis componentes do IDS.

Fonte: CENSO/ 2010 – Tabulação Própria.

Todos estes indicadores descritos acima foram compilados, através do método de análise fatorial exploratória, em um fator denominado Índice de Desorganização Social (IDS). Este índice busca mensurar o nível de desorganização da estrutura social das vizinhanças. A redução das variáveis observadas ao IDS maximiza o poder de explicação deste conjunto de variáveis e ainda possibilita a construção de modelos explicativos mais simples (HOFFMANN, 2006). Sendo assim, o resultado final da variável independente, resultado de um método de mensuração, corresponde ao IDS que aponta qual o nível de desorganização, ou de “concentração de desvantagens” que cada setor possui em relação à média da cidade. A tabela 04 descreve os componentes do fator IDS, com suas respectivas cargas fatoriais.

Tabela 4 - Estatística descritiva dos componentes do fator IDS.

Descrição	Componente
Proporção de domicílios chefiados por mulheres	,363
Proporção de jovens de 10 a 24 anos do sexo masculino	,773
Índice de desigualdade racial	,920
Índice de desigualdade de renda	,923
Densidade Domiciliar	,822

* Método de extração: Análise de componentes principais.

** Eigenvalues = 3,102 / % of variance = 62,05.

Percebe-se que o valor do parâmetro Eigenvalues foi igual a 3,102, sendo considerado um bom ajuste do fator valores acima de 1. Também pode-se verificar que o fator construído carrega 62,05% da variância das cinco variáveis componentes. Por fim ao se verificar as cargas fatoriais, percebe-se que quatros dos fatores apresentaram cargas acima de 0,5 justificando sua permanência na análise. Entretanto, a variável Proporção de domicílios chefiados por mulheres apresentou carga fatorial inferior a 0,5. Uma possível explicação desta baixa carga fatorial se da pela mudança no padrão familiar da sociedade como um todo, associado, entre outros fatores, à emancipação feminina. Ou seja, o padrão das famílias mudou muito nos últimos anos, e em alguns casos as mulheres são consideradas chefe de família mesmo sem que estas famílias sejam monoparentais. Considerando-se todos esses fatores, decidiu-se manter a variável referente a responsáveis do sexo feminino, mesmo com carga fatorial menor do que o desejado, devido ao peso teórico que esta variável ainda possui, sendo importante para mensurar baixa vigilância.

Por fim, deve-se apontar que a variável independente IDS, criada pelo método de análise fatorial exploratória, foi utilizada na primeira etapa da pesquisa. A segunda etapa da pesquisa realiza uma outra análise fatorial com os mesmos dados, porém realiza uma análise confirmatória. Os resultados desta última análise serão descritos juntamente com os resultados da segunda etapa da pesquisa por serem parte integrante do método de análise utilizado nesta etapa.

4.5.3 – VARIÁVEL INTERVENIENTE

Através da revisão da literatura, pode-se dizer que, de um modo geral, contextos de desorganização social enfraquecem os mecanismos comunitários de controle, apresentando taxas criminais mais elevadas nessas áreas. Ainda não existe consenso quanto às formas pelas quais se dão essa associação entre os fatores de desorganização e a elevação das ocorrências criminais. Porém, é bem aceita a ideia de que os territórios desorganizados ou de exclusão social, geram um contexto propício para formação de grupos voltados para atividades ilegais que usam a violência para definir/ defender seu território.

Diversos também são os estudos que buscam compreender tanto a formação desses grupos quanto seu impacto na comunidade que o cerca e na criminalidade (SAVENIJE e colegas, 2007; BEATO & ZILLI, 2012; MISSE, 2007; SAPORI et al, 2011). A violência é comumente utilizada por esses grupos, costume que se expande para a comunidade em que estão inseridos. Esses locais são caracterizados pelo uso cotidiano da violência como forma legítima de resolução de conflitos (SAPORI e Colegas, 2011; SILVA, L. A. M., 2004). Conseqüentemente as ocorrências de crimes violentos e de homicídio são maiores nesses locais. Porém a presença de grupos ilegais controlando o território tanto agrava quanto é causado pelo contexto violento e de exclusão. Portanto, a variável taxa de tráfico de drogas é considerada uma variável interveniente, visto que ao mesmo tempo em que é afetada pela desorganização social, ela afeta a ocorrência de homicídios.

O que se percebe é que no Brasil existem diversos estudos com enfoques distintos, uns falam da gênese dos grupos (SAVENIJE e colegas, 2007) outros sobre seu impacto na sociedade e características criminais (BEATO & ZILLI, 2012) enquanto outros possuem a perspectiva da atividade comercial (SAPORI e Colegas, 2011) enquanto outros possuem uma visão macro, entendendo como um problema de mercado (MISSE, 2007). O que se pretende neste trabalho é verificar as correspondências entre estas diversas abordagens. Para fins de verificação empírica, optou-se por medir o tamanho e expressão dos grupos desviantes que possuem certo controle territorial através do tráfico de drogas. Essa opção é fundamentada pela dificuldade e falta de objetividade em se medir a presença e influência que esses grupos exercem nas comunidades em que se localizam. Portanto, a medida mais próxima disponível seria o registro oficial do número de prisões por tráfico de drogas. Esse dado serve então como indicativo do número de envolvidos com a atividade do comércio ilegal de drogas, assim como o tamanho deste mercado.

Da mesma forma como foi calculada a taxa de homicídios, será calculada a taxa de prisões por tráfico de drogas (txTraf). Ou seja, as informações do número de apreensões por tráfico de drogas entre os anos de 2007 e 2011 serão agregadas por setor censitário. Posteriormente divide-se o total de prisões por tráfico pelo valor da população do setor do Censo de 2010 e multiplica-se por 10000 habitantes.

$$txTraf = \left(\frac{Traf}{Pop \times 5} \right) \times 10.000hab$$

Sendo que:

txTraf = Taxa de prisões por tráfico de drogas;

Traf = Número total das prisões por tráfico de drogas no setor, durante o período de 2007 à 2011;

Pop = População do setor censitário no ano de 2010 (fonte: IBGE).

4.6 - TÉCNICAS ANALÍTICAS

4.6.1 – *HOT SPOTS* DE CRIME E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL

A primeira pergunta de pesquisa deste trabalho baseia-se no pressuposto de que os crimes possuem uma distribuição espacial orientada segundo características estruturais das áreas em que os mesmos ocorrem. Por isso, inicialmente se investigará se os crimes possuem algum padrão espacial de concentração em detrimento de uma distribuição aleatória.

Para tal verificação uma das técnicas estatística mais indicada consiste na função de densidade de Kernel. Essa função permite a estimação de uma superfície de densidade a partir de uma distribuição espacial de pontos. A técnica sobrepõe uma grade (grid) sobre a área geográfica estudada, na qual cada célula (quadrícula da grade) contém uma estimativa da densidade espacial para os dados em questão. O método do Kernel é um método não paramétrico para a estimação de curvas de densidade onde cada observação é ponderada pela distância em relação a um núcleo. A técnica de estimação da função de kernel fornece uma estimativa suavizada da densidade de probabilidade por unidade de área (SANTOS; ASSUNÇÃO, 2003). Ao se somar as estimativas individuais de cada célula da grade, o

resultado consiste em uma estimativa de densidade para a distribuição como um todo. A estimativa da densidade pode ser obtida pela seguinte fórmula:

$$f(x, y) = \frac{1}{nh_2} \times \sum_{i=1}^n k\left(\frac{d_i}{h}\right)$$

Na fórmula, $f(x,y)$ é a estimativa de densidade da localização (x,y) ; n é o número de observações; h é a largura da banda (*bandwidth*); K é a função de Kernel; e d_i é a distância entre a localização (x,y) e a localização da i -ésima observação. O efeito agregado das funções de Kernel para cada célula da grade sobreposta à área em estudo cria uma distribuição contínua refletindo uma imagem suavizada da distribuição espacial dos dados originalmente considerados.

Como neste caso os dados são de ocorrências criminais, a estimativa realizada pela função de Kernel, consiste em uma medida de densidade ou concentração de crimes no território, conhecido também como *hots spots* de crime (ECK, 2000). Neste estudo, essa técnica de análise é indicada, pois permite a visualização do padrão espacial dos crimes de forma mais eficaz. Contornando com isso o problema dos dados se apresentarem originalmente na forma de muitos pontos além da existência de pontos sobrepostos. Esta análise também não se restringe aos limites geográficos, com isso o fenômeno pode ser visualizado de forma mais dinâmica e com mais similaridades ao estado natural em que os crimes ocorrem.

4.6.2 – Dependência Espacial

A segunda questão de pesquisa indica a necessidade de se medir a uma possível interdependência espacial entre os homicídios e condições estruturais de desorganização social da vizinhança. Nesse caso busca-se analisar a situação em que a distribuição da taxa de homicídios de uma dada área depende dos valores da variável indicativa do índice de desorganização social nas áreas vizinhas no mapa. Este método classifica cada área em análise segundo o valor de uma dada variável z e a média ponderada espacialmente desta variável z nas áreas vizinhas, com peso espacial w . O método de análise de associação espacial inicia-se com o cálculo do índice I de Moran, expresso globalmente pela fórmula:

$$I = \frac{\sum_{ij} W_{ij} (z_i - \bar{z}) \cdot (z_j - \bar{z})}{n} / \sigma^2(z)$$

Sendo que:

σ^2 = variância da amostra;

W_{ij} = elementos da matriz de vizinhança;

Se $W_{ij} = 1$, os setores censitários i e j são vizinhos, caso contrário, $W_{ij} = 0$.

Porém, o índice I de Moran se limita a fornecer apenas um índice para toda a área geográfica estudada, não sendo possível a identificação das áreas com maiores concentrações. Para sanar o problema, Anselin (1995) propõe o cálculo do Indicador Local de Associação Espacial (LISA), que permite a identificação de padrões de associação espacial pela decomposição do índice global de associação espacial.

Para o presente trabalho, adotou-se o cálculo deste indicador (LISA) em um contexto multivariado. Ou seja, busca-se descobrir se os valores de uma dada variável x , em determinada unidade espacial, se associam sistematicamente com os valores de uma outra variável y , em unidades espaciais vizinhas. Em termos formais o cálculo da estatística I de Moran para duas variáveis distintas é:

$$I^{yx} = \frac{(x_i - \bar{x}) \sum_j w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\sum_i (x_i - \bar{x})^2}$$

O coeficiente gerado pela formulação acima possui dois componentes distintos por se tratar da versão multivariada. O numerador refere-se à uma medida de covariância do tipo produto-cruzado, enquanto o denominador diz respeito à um reescalonamento. Da mesma forma como é possível se medir a autocorrelação espacial global de forma multivariada, também é possível o cálculo da autocorrelação espacial local multivariada (BILISA) (ALMEIDA, 2004). A formulação estatística para o cálculo do BILISA é:

$$I_i^{yx} = \frac{(x_i - \bar{x}) \sum_j w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\sum_i (x_i - \bar{x})^2 / n}$$

Sendo que x_i e y_j são variáveis distintas cuja somatória sobre j é tal que somente os valores dos vizinhos $j \in J_i$ são incluídos. Novamente, o conjunto J_i abrange os vizinhos da observação i , definidos conforme uma matriz de pesos espaciais.

4.6.3 – Efeito de Vizinhança e Crime: Modelo Estrutural

Outra pergunta desta pesquisa busca verificar de que forma se dá a relação entre a desorganização social, o tráfico de drogas e as taxas de homicídio. Para responder esta pergunta, o método de análise empregado é o Modelo de Equações Estruturais (MEE). As Equações Estruturais constituem um modelo analítico confirmatório, composto por variáveis latentes e observadas, dependentes e independentes e seus erros. O método possibilita a análise simultânea de múltiplos parâmetros, assim como relações de causalidade e interdependência. As principais características do MEE é a capacidade de medir múltiplas relações, estimar os efeitos entre as variáveis e avaliar as relações de uma forma geral (HAIR et al., 2009; KLEM, 2000).

O MEE consiste em um método estatístico confirmatório, sendo assim, as relações entre as variáveis são antecipadas e embasadas pela literatura. Além disso, as relações entre as variáveis são apresentadas em forma de diagrama, denominado diagrama de caminhos. Através deste diagrama pode-se especificar o tipo das relações, podendo ser de forma direta ou indireta, quando uma variável interveniente ou mediadora é posicionada entre duas outras variáveis de forma simultânea (SANTOS, 2000).

O MEE deriva da convergência da análise de trajetória (*path analysis*) e da análise fatorial (confirmatória), levando em conta os erros de mensuração. A análise de trajetória é uma extensão da regressão linear de mínimos quadrados ordinários (MQO) e permite a decomposição entre efeito direto e indireto. Já a análise fatorial permite a construção de variáveis latentes à partir de variáveis observadas. Além disso, o método de MEE permite a flexibilização dos pressupostos da regressão linear, principalmente os pressupostos de colinearidade e interdependência dos resíduos.

Em outras palavras, a MEE possibilita a visualização das relações causais presumidas nas hipóteses deste trabalho e amparadas pela revisão bibliográfica. Sendo assim, este método é utilizado para a verificação das relações entre as variáveis dependentes e independentes já apresentados, ressaltando-se que uma das variáveis independentes é um constructo latente, mensurado a partir de outras variáveis observadas. Para isso, o modelo proposto conta com uma análise fatorial confirmatória baseada a partir da construção (por uma análise fatorial exploratória) do indicador IDS. Além disso, o software utilizado para a realização do modelo foi o Amos - SPSS (PASW) (*Analysis of Moment Structures – Statistical Package for Social*

Sciences) versão 18.0, caracterizado pela facilidade de visualização devido à sua interface gráfica.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS

Este capítulo destina-se à apresentação dos resultados obtidos através das análises estatísticas descritas anteriormente. Primeiramente será exposto um conjunto de análises estatísticas espaciais, destinadas à verificação de concentrações e correlações espaciais. Posteriormente, será apresentado o Modelo de Equações Estruturais com o intuito de verificar a trajetória dos efeitos entre as variáveis estudadas.

5.1 – CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DE HOMICÍDIOS

Esta seção inicia-se com a apresentação da Figura 02 que representa o mapa de concentração espacial de homicídios em Belo Horizonte entre os anos de 2008 a 2012. Para isso, foi utilizada a função de densidade de kernel, já especificada anteriormente, para estimar a concentração espacial na área em estudo. Como se pode observar, nos anos observados, há diversas manchas de concentrações média à baixa. As maiores concentrações estão localizadas na porção central, mas principalmente na região norte e noroeste. Ao todo pode-se observar mais de 11 *hot spots*, que se localizam, em sua maioria, em áreas de favela ou setores censitários subnormais.

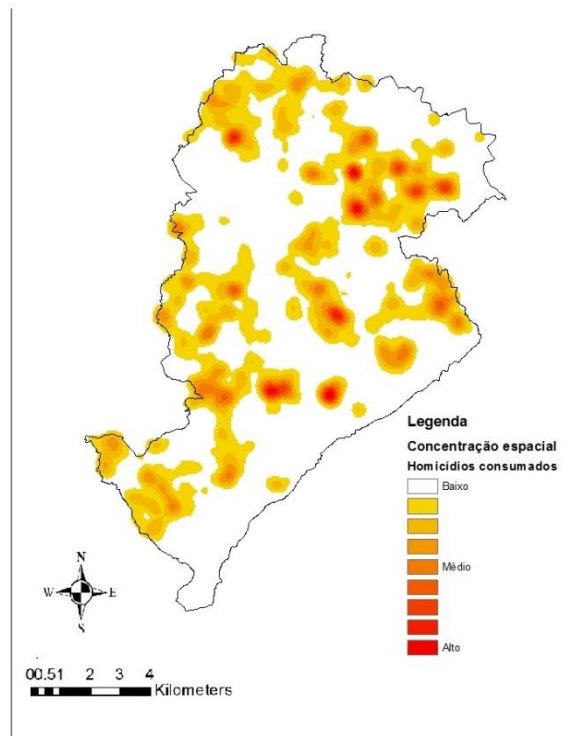


Figura 2 - Concentração Espacial de Homicídios Consumados – Belo Horizonte, 2008 a 2012.
Fonte: REDS – Tabulação Própria.

A observação do mapa da concentração espacial das prisões por tráfico de drogas indica a presença de um *hot spot* localizado na região central da cidade. Apesar da grande concentração no centro, também se percebe que há outras manchas médias coincidentes com áreas de menor padrão socioeconômico. Portanto, aparentemente, os homicídios possuem mais pontos de altas concentrações espalhados pelo território do que as prisões por tráfico de drogas. Mesmo assim, em ambas distribuições, as concentrações se localizam em grande parte em áreas de favela. Este resultado aponta para uma possível associação espacial entre os crimes testados e locais de favela, geralmente caracterizados por maior desorganização social. Porém, ainda se fazem necessários mais testes estatísticos para que se confirmem as relações espaciais entre as duas tipificações criminais e a condição estrutural da vizinhança.

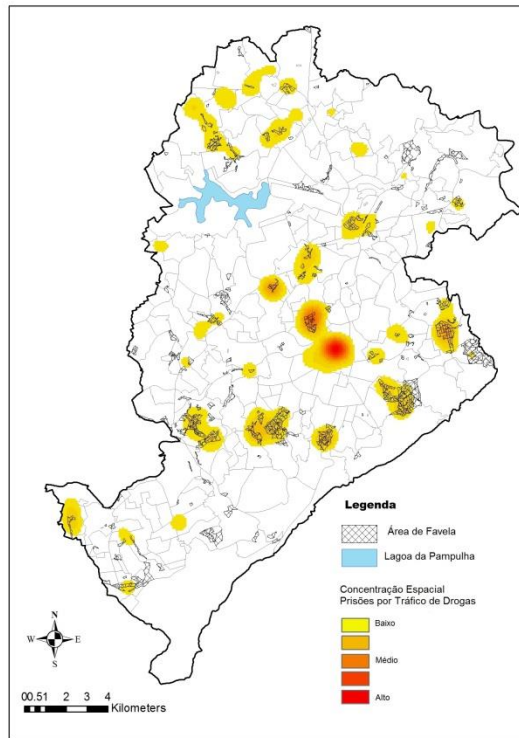


Figura 3 - Concentração Espacial de Prisões por Tráfico de Drogas - Belo Horizonte. 2007 a 2011.

Fonte: REDS – Tabulação Própria.

Para a verificação da dependência espacial das taxas de homicídios entre os anos de 2008 e 2012, foi gerado o índice I de Moran global, apresentando resultado igual a 0,041. Este valor é estatisticamente significativo a um nível até 1% (p-valor igual a 0,001). O resultado indica auto correlação espacial positiva, confirmando a existência de *cluster* espacial na área em estudo ao longo dos cinco anos analisados. Em seguida comparou-se a Taxa de Homicídios com as demais variáveis analisadas neste trabalho (IDS e TxTraf), com o intuito de verificar se os valores da taxa de homicídios numa determinada região apresentam alguma relação com as outras variáveis nas regiões vizinhas. Na análise de correlação espacial entre a taxa de homicídios e o Índice de Desorganização Social (IDS), o índice de Moran bivariado global foi de 0,107 (p-valor igual a 0,001). Já na o índice de Moran bivariado global para a correlação entre Taxa de homicídio e taxa de tráfico de drogas foi de 0,028 (p-valor igual a 0,001). Pode-se observar que ambas as relações são positivas, ou seja, a taxa de homicídios é correlacionada espacialmente tanto com o Índice de Desorganização social quanto com a taxa de tráfico de drogas. Em outras palavras, quanto maior o Índice de desorganização social e quanto maior a taxa de tráfico de drogas, maior apresentou-se o valor da taxa de homicídios. A figura 04 apresenta o diagrama de dispersão de Moran para as três análises globais

descritas. Para que haja a confirmação da autocorrelação espacial é necessário que a inclinação da curva apresentada no diagrama de dispersão de Moran seja positiva.

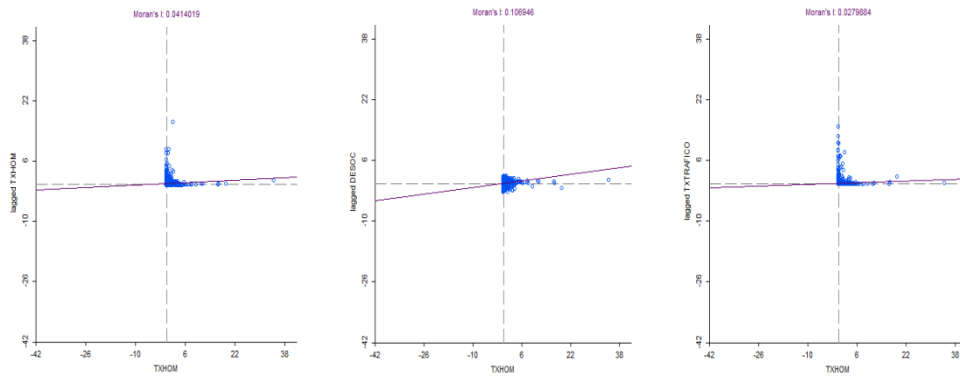


Figura 4 - Diagrama de dispersão do índice I de Moran Global da taxa de homicídios, taxa de tráfico de drogas e índice de desorganização social.

Fonte: REDS – CENSO/ 2010 – Tabulação Própria.

Deve-se ressaltar que os padrões globais de associação linear podem não estar em conformidade com os padrões locais. Assim, as estatísticas globais não têm a capacidade de identificar a ocorrência de autocorrelação espacial local que seja estatisticamente significativa. Dessa forma, faz se importante a utilização de alguma estatística capaz de verificar tais efeitos.

A Figura 05 apresenta o mapa resultante da análise de correlação local bivariada (BILISA) para os 3.593 setores censitários da cidade de Belo Horizonte. Neste mapa estão representados os *clusters* locais da correlação da taxa de homicídio da capital e o Índice de Desorganização Social (IDS) dos seus vizinhos imediatos. Como se pode observar, o mapa está subdividido em quatro categorias indicando a natureza da relação entre a taxa em cada setor censitário e o IDS dos seus vizinhos.

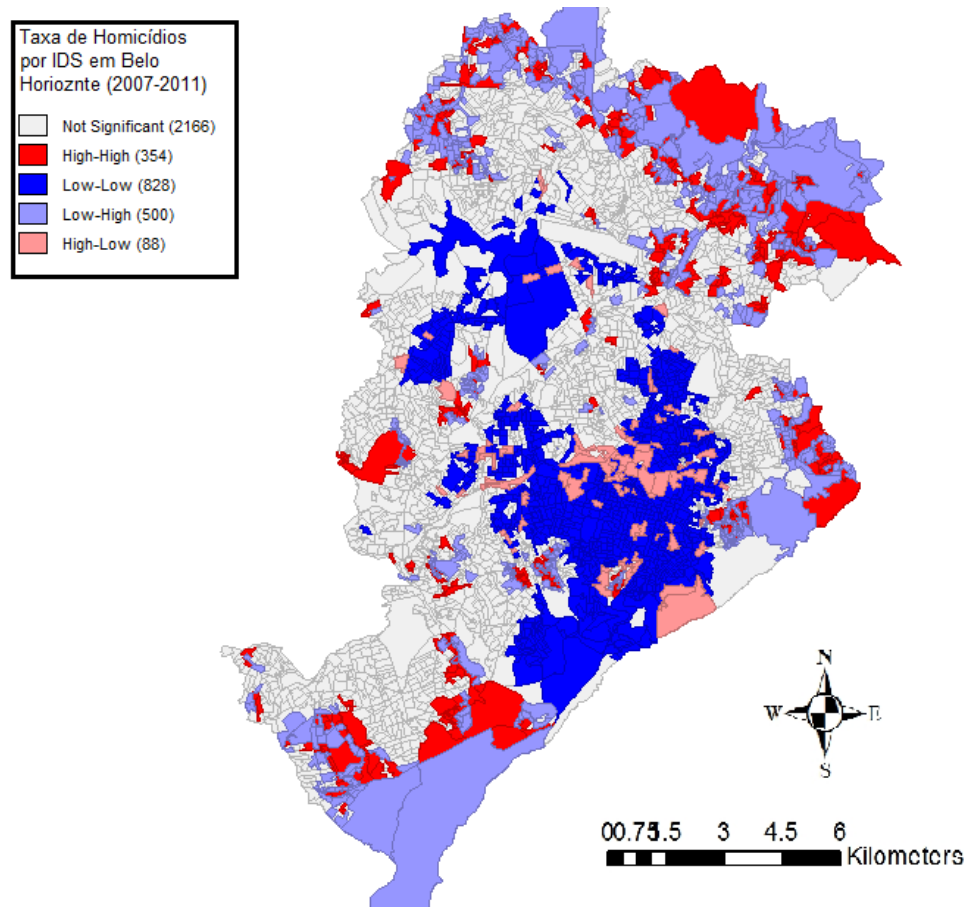


Figura 5 -- Mapa de Associação Espacial Bivariada (BILISA) da taxa de homicídios e do índice de desorganização social - Belo Horizonte (2008 à 2012).

Fonte: REDS – CENSO/ 2010 – Tabulação Própria.

Percebe-se que há uma formação de *clusters* do tipo baixo-baixo na porção centro-sul e parte da porção leste do município, ou seja, nestes setores, quanto menor a desorganização social, menor a taxa de homicídios. Este *cluster* contempla em sua maioria, uma gama de bairros caracterizados por moradores com rendimentos mais elevados e moradias com alto padrão de construção. Este cluster é composto por bairros como Buritis, São Bento, Santa Lúcia, Anchieta, Santo Antônio, Sion, Savassi, e ainda engloba bairros como Padre Eustáquio, Santa Tereza e Serra. Há também um outro *cluster* do tipo baixo-baixo localizado na região da Pampulha. Este cluster possui um padrão socioeconômico semelhante ao primeiro *cluster* descrito e compreende bairros como Pampulha, Santa Amélia, Jaraguá e Ouro Preto.

Além disso, percebe-se que clusters do tipo alto-alto são mais numerosos e menores em área, além de se concentrarem, em sua maioria, nas bordas do município. Os *clusters* maiores se encontram localizados na divisa dos bairros Jatobá e Cardoso, Barreiro de Cima,

Glória, Isidoro Norte, Gorduras e ainda numa faixa territorial pertencente ao Taquaril e Baleia. Além disso, percebe-se que a porção mais ao norte da cidade (regiões Nordeste, Norte e Venda Nova), apresenta uma concentração de pequenos *clusters* formando uma linha de vários pequenos grupos próximos uns aos outros. Estes *clusters* estão presentes em quase todos os bairros destas regiões, como São Bernardo, Tupi, Primeiro de Maio, Goiânia, Belmonte, Primeiro de Abreu, Floramar, Furquim Werneck, Jardim Felicidade, Jaqueline, Céu Azul, Piratininga, Mantiqueira, Jardim Europa e Serra Verde. Também é importante ressaltar que em todo o mapa percebe-se pequenos *clusters* de tipo alto-alto pontuados em locais de favela como nos bairros Cabana, Betânia, Morro das Pedras, Barragem Santa Lucia, Cafezal, Pedreira Prado Lopes e em pontos específicos dos bairros Braúnas, Boa Vista, Cachoeirinha, São Francisco e Abílio Machado.

De um modo geral, a dispersão dos clusters, tanto de tipo alto-alto, quanto de tipo baixo-baixo, remete ao modelo de distribuição espacial dos crimes encontrado por Park e Bugess (1925) em Chicago. Neste modelo o centro da cidade era mais deteriorado e concentrava as mais elevadas taxas criminais, enquanto a periferia era composta por residências e moradores com melhor situação econômica e apresentava menores taxas criminais. Porém, no modelo observado em Belo Horizonte, a situação se inverte, ou seja, o centro concentra áreas mais nobres, enquanto a periferia é mais deteriorada. Tal fato pode ser explicado pelo modelo de urbanização das duas cidades. Chicago teve uma urbanização desordenada, com a região central marcada pela presença de fábricas e maior rotatividade populacional, entre outras características. Por outro lado, Belo Horizonte é uma cidade planejada, criada para ser contida dentro dos limites da Avenida do Contorno, e ao passar dos anos a capital foi crescendo além desse limite de forma não planejada. Essa urbanização desordenada do entorno causou diversos problemas estruturais nestas comunidades, inclusive altas taxas criminais.

Em suma, ao analisar a figura 05 percebemos que em Belo Horizonte, os homicídios são concentrados espacialmente. Ainda podemos inferir que essa concentração corrobora com a linha teórica da desorganização social, pois se associa de forma direta com indicadores de desordem social.

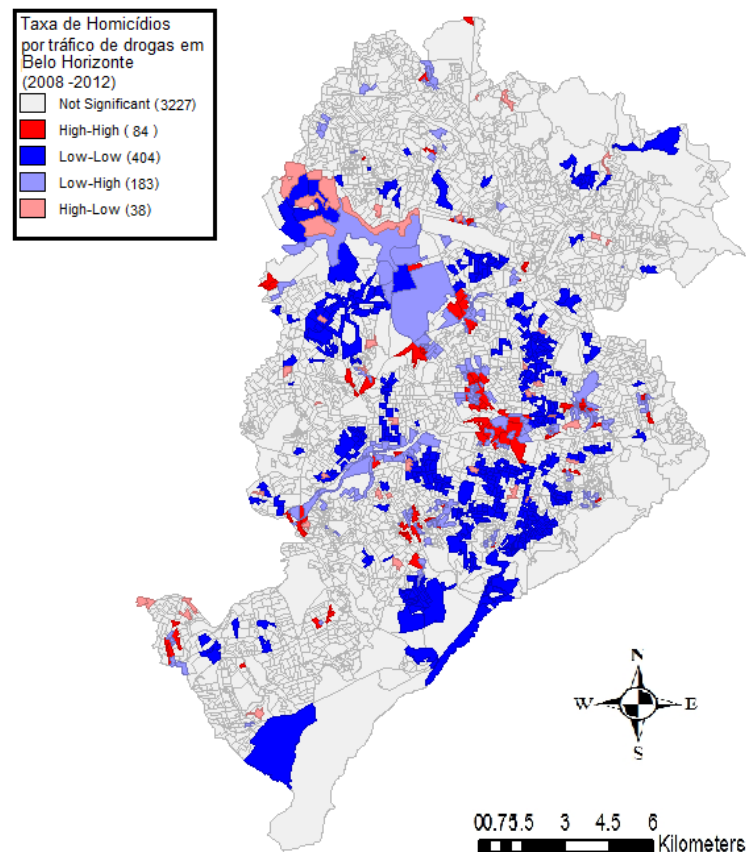


Figura 6 - Mapa de Associação Espacial Bivariada (BILISA) da taxa de homicídios e da taxa de tráfico de drogas- Belo Horizonte (2007 à 2012).

Fonte: REDS – Tabulação Própria.

Já o mapa da correlação entre as taxas de homicídios e as taxas de tráfico dos vizinhos apontou alguns locais com significância estatística, mas em menor número do que a análise anterior. Pode-se perceber que a maior parte dos *clusters* formados é do tipo baixo-baixo, o que já era de se esperar pela própria natureza dos dados, pois grande parte dos setores não possuem nenhum registro de nenhum dos dois tipos criminais. Os *clusters* do tipo alto-alto que se formaram foram poucos e com pequena extensão territorial. Porém, pode-se perceber que na região central há uma maior aglomeração desses *clusters*, havendo também uma prolongação em direção à Avenida Presidente Antônio Carlos, onde se localiza a PPL. Pode-se inferir que este fato ocorre por concentrar maior fluxo de pessoas e de comércio de todos os tipos, inclusive de drogas. Ainda é necessário lembrar que esta região possui um grande número de moradores de rua, que são uma população vulnerável à violência, essas pessoas são vítimas de homicídios em maior proporção do que os demais habitantes da cidade.

Os resultados desta última análise indicam que há uma correlação espacial entre os homicídios e o tráfico de drogas, porém essa correlação se restringe há pequenas porções

territoriais da cidade. Como a revisão teórica aponta um caminho diferente, esperava-se que esta correlação fosse mais expressiva. Desta forma o passo seguinte da análise deste trabalho busca esclarecer as constatações desta etapa.

5.2 – EFEITO INTERVENIENTE DO TRÁFICO DE DROGAS

Já foi verificado que as taxas de homicídios estão correlacionadas espacialmente e que elevadas taxas de homicídios estão relacionadas a um elevado índice de desorganização social dos bairros vizinhos. Mas, por meio de que mecanismos essa relação entre desorganização social e taxa de homicídios? E mais ainda, o tráfico de drogas seria uma variável interveniente nessa relação? Portanto deve-se avaliar em que medida contextos de desorganização social influenciam no surgimento de “estilos de vida disfuncionais”, representados pelas taxas de apreensões por tráfico de drogas, e assim contribuindo para elevadas taxas de homicídios.

Por causa dessa relação indireta, em que o tráfico de drogas surge como uma manifestação mais palpável de uma série de comportamentos coletivos baseado em uma valoração alternativa, que permite o chamado “consenso relativo ao comportamento desviante” (ELLIOTT, 1996), gerando toda uma atmosfera paralela, possibilitando, entre outros mecanismos já apresentados que o custo associado ao homicídio seja menor do que em outros locais. Portanto é de suma importância para este trabalho que se avalie o efeito interveniente da taxa de apreensão por tráfico de drogas sobre o efeito que a desorganização social exerce nas taxas de homicídio.

Posto isso, a Figura 07 representa o modelo de Equações Estruturais proposto, baseado nas hipóteses desta pesquisa:

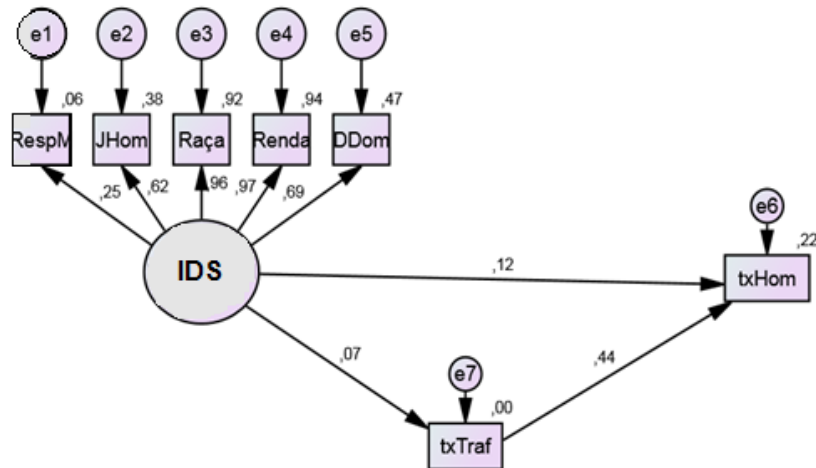


Figura 7 - Modelo Teórico Proposto.

Fonte: REDS – CENSO/2010 – Tabulação Própria.

O modelo acima foi construído com base na revisão de literatura feita neste trabalho e busca testar a hipótese de que a taxa de prisões por tráfico de drogas é uma variável interveniente da relação entre Desorganização Social e taxa de homicídios. O modelo é composto por duas partes distintas (mensuração e causal), mas que são analisadas de forma conjunta em termos de ajuste. O modelo de mensuração corresponde à criação de um constructo indicativo de desorganização social (DesorSocial), gerado através de uma análise fatorial confirmatória compreendendo as variáveis proporção de domicílios com mulher responsável (RespM), proporção de jovens do sexo masculino (JHom), índice de desigualdade racial (Raça), índice de desigualdade de renda domiciliar (Renda) e densidade domiciliar (DDom). O modelo causal, por sua vez, consiste na análise de trajetória ou de caminhos entre as variáveis endógenas (TxTraf e TxHom) e exógena (DesorSocial). A análise de trajetória permite a decomposição do efeito total da Desorganização Social sobre a taxa de homicídio entre efeito direto e indireto. Posto isso, apresenta-se as equações estruturais do modelo:

$$TxTraf = \beta_1(DesorSocial_i) + r_{ij}$$

$$TxHom = \beta_2(DesorSocial_i) + \beta_3(TxTraf_i) + r_i$$

As equações acima demonstram de forma separada as relações causais medidas pelo modelo. Percebe-se que a variável TxTraf aparece inicialmente como dependente e já na

segunda equação aparece como independente. Tal fato se dá justamente por esta variável ser uma variável interveniente no modelo proposto. Ou seja, parte do efeito que a desorganização social exerce sobre a taxa de homicídio se dá de forma indireta, via tráfico de drogas.

Outro fator importante que se deve observar são as medidas de ajuste do modelo. O software *Amos.18* fornece uma grande variedade de medidas de ajuste. A tabela 05 apresenta os principais testes estatísticos que avaliam o ajustamento utilizados em pesquisas sociais.

	NFI	GFI	AGFI
Modelo Padrão	0,974	0,975	0,947
Modelo Saturado	1	1	
Modelo Nulo	0	0,521	0,361

Tabela 5 - Medidas de Ajuste do Modelo.

Os indicadores acima são indicados para a comparação entre modelos. O modelo padrão corresponde ao modelo proposto por este trabalho, já os modelos saturado e nulo consistem em simulações, sendo que para o saturado, todos os parâmetros estão sendo estimados, enquanto para o nulo nenhuma variável independente tem efeito sobre a dependente.

O índice de qualidade do ajustamento (GFI) indica a proporção de informação explicada pela amostra. O AGFI age de forma semelhante ao GFI, diferindo apenas por considerar o número de graus de liberdade do modelo especificado. Já o índice de ajustamento normalizado (NFI) compara o percentual de melhoria no ajustamento comparado com o modelo nulo. Todas estas medidas de ajustamento variam de 0 a 1, sendo recomendado como um bom modelo valores superiores ou iguais a 0,9. Como se pode observar, o modelo proposto por este trabalho apresentou em todos os testes de ajustamento valores superiores a 0,9, conclui-se então que se trata de um modelo adequado.

Além destes indicadores de ajuste, outras duas importantes medidas de qualidade do modelo são o *Chi-square* e o *Crítical Ratio* (C.R). Para o *Chi-square*, são desejados valores mais próximo de zero, porém essa medida é mais usada em comparações entre modelos distintos. Neste caso o resultado do *Chi-square* foi igual a 325,758 e mesmo não apresentando outro modelo para comparação, pode-se afirmar que tal valor é considerado satisfatório. Já o CR é calculado para cada uma das relações causais presentes no modelo e é calculado levando

em conta a proporção do desvio da média e do desvio padrão. O CR é considerado bom se for maior ou igual a 1,96. A Tabela 06 apresenta o resultado das regressões realizadas no modelo.

Tabela 6 - Coeficientes padronizados das equações estruturais.

			Estimativa padronizada	C.R.	p-valor
RespM	<---	DesorSocial	0,25		
JHom	<---	DesorSocial	0,619	14,428	***
Raça	<---	DesorSocial	0,959	15,13	***
Renda	<---	DesorSocial	0,968	15,135	***
DDom	<---	DesorSocial	0,687	14,648	***
txTraf	<---	DesorSocial	0,068	3,907	***
txHom	<---	DesorSocial	0,116	6,863	***
txHom	<---	txTraf	0,444	30,035	***

*** $p\text{-valor} < 0,001$

Como se pode observar, com exceção da relação entre desorganização social e RespM, todas as demais relações apresentaram valores de CR superiores a 1,96 e P-valor menores que 0,001. Com isso, pode-se afirmar que os resultados das estimativas são válidos e estatisticamente significativos a nível de confiança de 99%.

O resultado das estimativas que compõe o fator, ou seja, as cargas fatoriais são em sua maioria elevadas, sendo superiores a 0,6. A única ressalva que se deve ter é quanto à carga fatorial da variável de proporção de mulheres responsável pelo domicílio, que apresentou carga fatorial igual a 0,25. Mesmo com carga fatorial abaixo do desejável, esta variável possui grande amparo teórico, e é fundamental para entender as relações sociais nas comunidades de belo-horizontinas. Por isso, optou-se por mantê-la na análise, considerando ainda que as medidas de ajuste gerais do modelo foram satisfatórias. Ainda quanto à análise fatorial confirmatória, pode-se dizer que os parâmetros proporção de domicílios com mulher responsável (RespM), proporção de jovens do sexo masculino (JHom), índice de desigualdade racial (Raça), índice de desigualdade de renda domiciliar (Renda) e densidade domiciliar (DDom) são indicados para a mensurar desorganização social na amostra estudada.

A tabela 07 apresenta os efeitos totais, direto e indiretos, presentes nas relações causais do modelo:

	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Indireto
DesorSocial_ txHom	0,146	0,116	0,03
DesorSocial_ txTraf	0,068	0,068	
txTraf_ txHom	0,444	0,444	

Tabela 7 - Efeitos Padronizados.

Com base nos coeficientes observados, percebe-se que a o aumento de um desvio padrão da desorganização social eleva em 0,15 desvio padrão a taxa de homicídios. Ainda pode-se dizer que parte desse efeito se dá através da taxa de tráfico de drogas. Além disso, o aumento de um desvio padrão da desorganização social aumenta em 0,07 desvio padrão a taxa de tráfico de drogas. Ainda se percebe que o aumento de um desvio padrão na taxa de tráfico aumenta em 0,44 desvio padrão a taxa de homicídio.

Sobretudo pode-se dizer que o modelo apresentado, além de confirmar a correlação entre desorganização social e taxa de homicídios, ainda corrobora com a hipótese de que o tráfico de drogas é uma variável interveniente de tal relação. Este é o ponto fundamental do presente trabalho, pois indica o caminho pelo qual a desestruturação local impacta nos homicídios. A partir dos resultados encontrados, pode-se dizer que locais mais desorganizados são propícios para a ocorrência de homicídios e que, em parte, o caminho dessa propensão perpassa a presença do tráfico de drogas. O tráfico de drogas, por sua vez, sofre o efeito da desorganização ao mesmo passo que condiciona a ocorrência dos homicídios. Devido ao pressuposto da precedência temporal em relações causais, pode-se dizer que áreas socialmente desordenadas impactam de forma direta a taxa de homicídios, mas também a taxa de tráfico que por sua vez impacta a taxa de homicídios. Sendo assim a taxa de homicídios é afetada duplamente pela desorganização social.

Ao pensarmos em uma “carreira criminal”, o tráfico de drogas pode ser visto como um crime precedente ao de homicídio por ser mais brando e possibilitar um ingresso gradual. Assim, ao analisar somente o efeito indireto e relacionar tal resultado com a revisão teórica, pode-se inferir que em locais mais desorganizados há maior presença de tráfico de drogas, que

por sua vez possui uma dinâmica de comércio mais violenta, aumentando o número de homicídios.

Porém, o valor do efeito indireto da desorganização social é muito menor (0,03) do que o efeito direto, sendo assim cerca de 80% do efeito da desorganização social sobre a taxa de homicídio se dá de forma direta. Ou seja, apesar de ser constatado que a desorganização social afeta o tráfico de drogas, essa relação é pequena. Por outro lado, o efeito do tráfico de drogas sobre a taxa de homicídios foi muito expressiva (0,44). Sendo assim pode-se inferir que o efeito do tráfico de drogas sobre a taxa de homicídios é três vezes maior do que o efeito da desorganização social.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

Atualmente o crime constitui um enorme campo de pesquisa dentro da sociologia. Múltiplos são os enfoques e abordagens que buscam compreender as características do fenômeno da criminalidade, devido à complexidade do problema. Mas as explicações do crime nada mais são do que uma tentativa de entender o funcionamento da sociedade, com suas normas e valores e o rompimento com estas.

Este estudo se baseia nas abordagens ecológicas para buscar entender porque a violência é concentrada em determinados locais. A partir dos estudos sobre desorganização social, provenientes dos pesquisadores da Escola de Chicago, buscou-se entender como as diferentes unidades ecológicas possuem um padrão criminal diferenciado. Buscamos assim discutir como as propriedades estruturais das comunidades afetam as relações entre os moradores gerando contextos de maior propensão de ocorrências criminais e maior violência.

Para que se possa verificar a relação entre os pressupostos teóricos apontados, foi necessária a mensuração de forma objetiva das dimensões conceituais que posteriormente foram inseridas em modelos estatísticos como covariáveis. Porém, pode-se dizer que o próprio processo de modelagem adotado já revela algumas informações sobre a condição da criminalidade em Belo Horizonte. A opção por uma análise estatística espacial sugere que os homicídios não são distribuídos de forma homogênea em todo o território. Este pressuposto foi comprovado através da análise da densidade de Kernel, que apontou que as ocorrências de homicídios na cidade são concentradas em determinadas áreas. Da mesma forma, foi

verificado que o tráfico de drogas também possui uma concentração espacial, indicando assim que os crimes de uma forma geral ocorrem com maior intensidade em alguns pontos da cidade. A análise inicial dos mapas também já aponta para um padrão de ocorrências criminais que corresponde a áreas com maiores problemas estruturais, porém este ponto foi objeto de maiores investigações. Os achados até este ponto da pesquisa corroboram com o cerne dos estudos ecológicos, indicando que a cidade possui um padrão de distribuição da criminalidade que está associado à características dos locais em que ocorrem.

O próximo ponto de análise foi verificar se as concentrações dos homicídios estariam associadas à condição de desorganização social dos vizinhos. Também para este resultado a associação foi estatisticamente significativa, indicando mais uma vez, que as teorias da desorganização social, mesmo carecendo ainda de complementos e testes, foram certas ao apontar a relevância das estruturas locais para a compreensão da criminalidade. Já a associação entre as taxas de homicídios e as taxas de apreensões por tráfico de drogas nos vizinhos apresentou uma significância estatísticas em menor número de unidades ecológicas. Ou seja, os dois tipos de crime se relacionam, porém com menor intensidade do que o observado no caso da associação com a desorganização social. Este resultado precisa de maiores comprovações, que foram feitas posteriormente, pois vai em contramão aos estudos de Saporì e colegas (2011) e Beato e Zilli (2012), que atribuem ao tráfico de drogas o aumento da violência nos territórios sob seu domínio, assim como a elevação das taxas de homicídios. Este resultado, possivelmente é explicado pelo fato de que o centro da cidade é extremamente concentrado em número de apreensões por tráfico de drogas, influenciando na análise da distribuição espacial da cidade como um todo. O centro da cidade é apontado por alguns estudos como um caso específico dentro das cidades, devendo assim ser analisado de forma separada das demais localidades (OLIVEIRA et al, 2015).

Para buscar entender melhor esta relação entre os três elementos estudados foi gerado um modelo estatístico de análise de equações estruturais. Através da análise deste modelo pode-se perceber que, de um modo geral, a proposta de integração entre os dois grupos de estudos é válida. Porém, sugere que as medidas podem ser melhores ajustadas para uma análise mais precisa.

De forma geral, os dados deste trabalho corroboram com as teorias da desorganização social no sentido em que apresentaram significância estatística para a associação entre o fator de desorganização social e taxa de homicídios. As teorias que associam a elevação de

ocorrências de homicídio à presença do tráfico de drogas (estruturação das atividades criminosas, mercados ilegais) também foram correspondidas com os dados, porém este ponto carece de ressalvas.

À partir da análise dos resultados obtidos nesta pesquisa percebeu-se que os locais de maior concentração de ocorrências de homicídio coincidem com locais caracterizados por elevada desorganização social. Além disso, em alguns dos locais em que há concentração de homicídios também apresentam concentração de apreensões por tráfico de drogas, mas em menor quantidade se comparado à desorganização social.

Com isso, conclui-se que parte significativa da distribuição espacial dos homicídios é explicada por fatores estruturais das comunidades em que estão inseridos. Outra parte dessa distribuição é explicada pela dominação do território por traficantes de drogas. A relação causal apontada pelos dados então evidenciam que o efeito da desorganização social sobre os homicídios se dá tanto de forma direta como de forma indireta, porém, o efeito direto é maior. Sendo assim, pouco do efeito da desorganização social passa pelo tráfico de drogas. Em contrapartida o efeito do tráfico de drogas sobre as taxas de homicídios forma muito expressivas, passando em três vezes o efeito da desorganização social. Portanto, apesar dos fatores estruturais das comunidades terem um efeito significativo sobre a ocorrência dos homicídios, o tráfico de drogas possui um efeito altíssimo para os padrões de análises sociais. Dessa forma as condições de desorganização social da comunidade interferem de forma modesta na formação dos grupos delinquentes e de traficantes de droga.

Ainda cabe ressaltar que este trabalho consiste em um primeiro esforço empírico de acrescentar às explicações ecológicas do crime o fator da trajetória pela qual passa o efeito da estrutura sobre os homicídios. Deve-se ressaltar que ainda há muito que se explicar desta relação, principalmente no que diz respeito ao papel do tráfico de drogas nas comunidades em que estão inseridos. Com isso, é preciso apontar as limitações desta pesquisa, as quais se referem à falta de dados ideais para se medir de forma mais precisa a desorganização social. Nesse sentido, seriam necessários dados mais objetivos, capazes de medir laços sociais e associativismo, que não foram acrescentados ao fator de desorganização social por não se ter informações compatíveis com os demais indicadores.

Os dados de apreensão por tráfico de drogas, aqui usados como uma medida de taxa de tráfico de drogas nos locais, possuem inúmeras ressalvas. Estes dados englobam todas as apreensões em que foi encontrado algum tipo de droga, sem distinção de quantidade e de tipo

do produto, ou seja, conta-se as apreensões em que se encontrou desde uma bucha de maconha até toneladas de cocaína ou êxtase, por exemplo. Para uma análise mais precisa seria necessário separar estas apreensões por tipo de droga apreendida e definir categorias referente à quantidade, com isso seria possível mensurar o tamanho da estruturação e complexidade da rede de tráfico.

Apesar dos dados de tráfico de drogas, da forma como foram utilizados neste trabalho, consistirem em um bom indicador, os mesmo se tratam de apreensões, sendo assim há fatores subjetivos que devem ser considerados. Existe, por exemplo, o problema da rotulação, em que os policiais consideram suspeitas pessoas que possuem determinadas características físicas. Ainda hoje os principais alvos são homens, jovens e negros, principalmente se forem de classes econômicas mais baixas. Considerando que a exclusão social provoca uma segregação territorial, a probabilidade de um morador de áreas menos favorecidas ser abordado pela polícia é bem maior do que moradores de áreas mais ricas. Dessa forma, mesmo considerando-se que há a mesma quantidade de traficantes pobres e ricos, a chance do traficante pobre (geralmente homem, jovem e negro) ser preso é maior, dando a impressão de que este grupo social comete mais crime de venda de drogas do que o outro.

Outra ressalva quanto às ações policiais é de as mesmas não são homogêneas em todo o território, provocando assim maior número de prisões nos locais em que são feitas mais operações repressivas. Pode-se observar que no mapa de correlação espacial entre as taxas de homicídio e as taxas de tráficos, a maior parte dos *clusters* do tipo alto alto correspondem aos aglomerados. Sabe-se que a polícia costuma ser mais repressiva nestes locais, então é possível que a relação seja alta por haver mais prisões por tráfico nesses locais não necessariamente que o tráfico é maior. A própria medida do “tamanho do tráfico” necessita maior definição, pois o que garante maior violência ao grupo são o número de integrantes, a extensão do território que se domina ou a influência que se exerce sobre a comunidade do entorno? Essas questões ainda devem ser mais exploradas para que se tenha um dado mais exato do tráfico de drogas.

Portanto conclui-se que os resultados deste trabalho indicam a necessidade de se investigar a relação entre os fatores estruturais das comunidades, a presença e influência do tráfico de drogas nestes locais e a ocorrência de homicídios. Também é necessária a produção de dados mais precisos e objetivos para que se promovam ajustes dos indicadores utilizados.

Ainda propõe-se um aprofundamento nos estudos dos grupos delinquentes e de traficantes como uma solução viável para o controle da criminalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. G. M. **Medo Do Crime E Criminalização Da Juventude**. 2008. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/idade_penal/medo_do_crime.pdf. Acessado em 14 de mai de 2015.

ANSELIN, L. What is special about spatial data? Alternative perspectives on spatial data analysis. **Technical Report 89-4**, National Center for Geographic Information and Analysis, University of California, Santa Barbara, CA, 1989. [contained on CD-Rom “Fundamental research in geographic information and analysis”, Santa Barbara, Ca: NCGIA]

ANSELIN, L. **Exploring Spatial Data with Geoda™: A Workbook**. Spatial Analysis Laboratory, Department of Geography: University of Illinois, Urbana-Champaign; Center for Spatially Integrated Social Science 2005.

ANSELIN, L. Thirty years of spatial econometrics. **Papers in Regional Science**, v. 89, n. 1, p. 3-25, 2010. doi: 10.1111/j.1435-5957.2010.00279.x

ANSELIN, L. Spatial externalities, spatial multipliers, and spatial econometrics. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 2, p. 153-166, 2003.

ASSUNÇÃO, R. M.; BEATO, C. C.; SILVA, B. F. A. **Describing Crime Spatial Patterns By Time of Day**. Manual CrimeStat (example), 2001.

ALMEIDA, E. S. **Curso de Econometria Espacial Aplicada**. Piracicaba, 2004.

BETTIN, GIANFRANCO. **Los Sociólogos de la Ciudad**. Colección Arquitectura/Perspectivas. 1a ed. Barcelona: Editora Gustavo Gili. 202p. 1982.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, B. T. Andrade, M. A. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n.55, p. 73-89, 2004.

BEATO FILHO, C. C.; ZILLI, L. F. **A estrutura do crime**. Mimeo, 2011.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ZILLI, Luís Felipe. **A Estruturação de Atividades Criminosas: um estudo de caso**. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br>. Belo Horizonte, 2009.

BELLAIR, P. E. Social Interaction and Community Crime: Examining the Importance of Neighborhood Networks. **Criminology**, n. 35, p. 677-703, 1997.

BLUMSTEIN, Alfred., **Youth Violence, Guns and the Illicit Drug Industry**. The Journal of Criminal Law and Criminology, Vol. 86, no.1. 1995.

BOTTOMS, A. E.; WILES, P. Explanations of Crime and Place. **Crime, Policing and**

Place, London: Routledge, p.11-35, 1992. Disponível em: <http://justice4victims.org/explanationsofcrimeandplace.aspx>. Acesso em 10 de dez. 2014.

BURSIK, R. J.; Harold G. GRASMICK, H. G. **Neighborhood and Crime: the dimensions of effective community control**. San Francisco: Jossey-Bass Inc., 1993.

BURSIK, R. J.; WEBB, J. Community Change and Patterns of Delinquency. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 88, n. 1, p. 24-42, 1982.

CANO, Ignacio. **Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro**. In: NAJAR, A.L.; MARQUES, E.C. (Orgs). *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 1998.

CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil**. Editora Sete Letras. Rio de Janeiro, 2000.

COULON, A. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

ECK, J.; CLARKE, R. V. Classifying Common Police Problems. In: SMITH, M. J.; CORNISH, D. B. (eds.). **Theory for Practice in Situational Crime Prevention**. Monsey, NY: Criminal Justice Press, v. 16, 2003. In: Crime Prevention Studies series. Disponível em www.popcenter.org.

ECK, J. E.; GERSH, J. S.; TAYLOR, C. Finding crime hot spots through repeat address mapping. In: GOLDSMITH, V.; MCGUIRE, P.; MOLLENKOPF, J.; ROSS, T. (eds.). **Analyzing Crime Patterns: Frontiers of Practice**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 2000.

ELLIOTT, D. S. et al. The Effects of Neighborhood Disadvantage on Adolescent Development. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 33, n. 4, p. 389-426, 1996.

GOLDSTEIN, Paul J., **The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework**. Journal of Drugs, no. 14. 1985.

GUERRY, A. M. **Essai sur la statistique morale de la France**. Paris: Crochard, 1833.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6 ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4a ed. Sao Paulo: Thompson, 2006.

HUGHES, P.H.; y RIECHE, O. **Heroin epidemics revisited**. Epidemiol Rev 17(1):66-73. 1995.

HUNTER, A. J. Private, Parochial and Public Social Orders: the problem of crime and incivility in Urban Communities. p. 230-242. In: SUTTLES, G. D.; ZALD, M. N. (eds.). **The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society**. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1985.

KASARDA, J.; JANOWITZ, M. Community attachment in mass society. **American Sociological Review**, American Sociological Association, v. 39, n. 3, p. 328-39, 1974.

- KLEM, L. Structural Equation Modeling. In: GRIMM, L. G.; YARNOLD, P. R. **Reading and understanding more multivariate statistics**. Washington, DC: American Psychological Association, 2000.
- LEVINE, N. **CrimeStat II: A Spatial Statistics Program for the Analysis of Crime Incident Locations (version 2.0)**. 2002, Ned Levine & Associates: Houston, TX/ National Institute of Justice: Washington, DC.
- MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: CASTRIOTA, L.B. (org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Editora Arte. Belo Horizonte, 2003.
- MESSNER, S. F.; TARDIFF, K. The social ecology of urban homicide: an application of the “routine activities” approach. *Criminology*, v. 23, n. 2, p. 241-267, 1985.
- MISSE, M. As ligações perigosas. Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1997.
- MISSE, M. **Mercados Ilegais, Redes de Proteção e Organização Local do Crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados 21 (61), p. 139 - 157. 2007.
- MISSE, Michel. **Crime Urbano, Sociabilidade Violenta e Ordem Legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva**. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/Sobre%20a%20sociabilidade%20violenta%20de%20Machado.pdf>>. Acesso em 15 de fev. de 2014.
- MORENOFF, J. D.; SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. W. **Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence**. Research Report: Population Studies Center at the Institute for Social Research. University of Michigan, v. 39, n.3, p. 517- 558, 2001.
- MORENOFF, Jeffrey. **Neighborhood mechanisms and the spatial dynamics of birth weight**. *American Journal of Sociology*, 108(5): 976-1017. 2003.
- MOSER, C. O. N.; MCILWAINE, C., **Latin American Urban Violence as a Development Concern: Towards a Framework for Violence Reduction**. World Development Vol. 34, No. 1, pp. 89–112, 2006.
- OLIVEIRA, V. C., **Revisão Sistêmica da Teoria da Desorganização Social: Um estudo sobre vitimização em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) da Universidade Federal de Minas Gerais.
- OLIVEIRA, E. S; SILVA, B. F. A.; PRATES, M. O. **Street drug markets beyond favelas in Belo Horizonte, Brazil**. Crime Science. No prelo 2015.
- PARK, R. E.;BURGESS, E. W.**Introduction to the science of Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1921.
- PARK, R. E.;BURGESS, E. W.**The city**. Chicago: Chicago University Press, 1925.

QUETELET, L. A. **A treatise on man**. Edinburg: Willian and Robert Chambers, 1984.

RODRIGUES, C. D., **Civil Democracy, Perceived Risk and Safety in Brazil: an Extension of the Systemic Social Control Model**. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 605. 2006.

SAMPSON, R. J.;LAURITSEN, J. L. Violent victimization and offending: Individual-, situational-, and community-level risk factors. In:REISS, A. J., ROTH, J. A.,;MICZEK, K. A. (eds.).**Understanding and preventing violence**.Washington, D.C.: National Acadamies Press, 1994. v. 3, Social influences, p. 1-114.

SAMPSON, R. J.; MORENOFF, J. D.;GANNON-ROWLEY, T. Assessing “neighborhood effects”: social processes and new directions in research. **Annual Review of Sociology**, Annual Reviews, n. 28, p. 443-78, 2002.

SAMPSON, ROBERT J. **Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect**. Chicago: University of Chicago Press. 2012.

SAMPSON, R. J. Organized for what? Recasting theories of social (dis)organization. In: WARING, E.; WEISBURD, D. (eds.).**Advances in Criminological Theory**, New Brunswick, NJ: Transaction, p. 95-110, 2002.

SAMPSON, R. J.;GROVES, W. B. Community structure and crime: testing Social Disorganization Theory. *American Journal of Sociology*, The University of Chicago Press, v. 94, n.4, p. 774-802, 1989.

SAMPSON, R. J.;STEPHEN, S. R.;EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of Collective Efficacy. **Science**, v. 277, p. 918-924, 1997.

SAMPSON, R. J. Desorden urbano, Crimen y eficacia colectiva en el barrio”. In:LLORENTE, M. V.;RUBIO, M. **Elementos para una criminología local: politicas de prevención del crimen y la violencia en ámbitos urbanos..** Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes, 2003.

SAMPSON, Robert J, and Jeffrey D MORENOFF. 2006. **Durable Inequality: Spatial Dynamics, Social Processes and the Persistence of Poverty in Chicago Neighborhoods**. In *Poverty Traps*, edited by Samuel Bowles, Steve Durlauf, and Karla Hoff, 176-203. Princeton, NJ: Princeton University Press.

SANTOS, R. B., **Modelos de Equações Estruturais**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Matemática, Departamento de Estatística, Porto Alegre, 2002, Monografia.

SANTOS, A. Á. C.; ASSUNÇÃO, R. M. **Aplicação de Estruturas de Dados Espaciais Eficientes na Estimção de Intensidade de Processos Pontuais**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOINFORMÁTICA, 5. (GEOINFO)., 2003, Campos do Jordão. Anais... São José dos Campos: INPE, 2003. CD-ROM; On-line. ISBN 85-17-00026-9, 978-85-17-00026-3. Disponível em: <<http://urlib.net/83LX3pFwXQZ3V9uMbiY/Mipqu>>. Acesso em: 13 maio 2015.

SAPORI, L.F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. A. **Mercado do Crack e Violência Urbana na Cidade de Belo Horizonte**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 - nº1 - JAN/FEV/MAR 2012 - pp. 37-66. 2011.

SAVENIJE, Win; EEKHOFF, K. Andrade. **Convivendo em la orilla. Exclusión Social em el Area Metropolitana de San Salvador**. FLACSO-Programa El Salvador. San Salvador, 2003.

SAVENIJE, Win; BELTRÁN, Maria Antonieta; CRUZ, José Miguel. **Exclusión social, jóvenes y pandillas em Centroamérica**. Temas de Actualidad No. 3. Woodrow Wilson International Center for Scholars & Fundación Dr. Guillermo Manuel Ungo (FUNDAUNGO). San Salvador, 2007.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. **Juvenile delinquency and urban areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, B. F. A. **Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, B. F. A. **Desorganização, Oportunidade e Crime: Uma Análise “Ecológica” dos Homicídios em Belo Horizonte**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, n. 13, p. 45-58, 1999.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade Contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed. PerseuAbramo, 2004, v. I, p. 291-351.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. **As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade**. In CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. *Homicídios no Brasil*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2007

STARK, R. Deviant places: a theory of the ecology of crime. **Criminology**, v. 25, n. 4, p. 893- 910, 1987.

VILLARREAL, A.; SILVA, B. F. A. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. **Social Forces**, v. 84, n. 3, p.1725-1753, 2006.

WIRTH, Louis. **Urbanism as a Way of Life**. The American Journal of Sociology, Vol. 44, No. 1, (Jul., 1938), pp. 1-24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2768119> . Acessado em 23 de out. de 2014.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora Revan/UFRJ Editora, 1994.

ZALUAR, A.;RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 84, p. 175-196, 2009.

ZILLI, L. F. **O bonde tá formado**: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) da Universidade Federal de Minas Gerais.